

ATA N.º 5/XIII/2025

Sessão Ordinária junho/2025

27/06/2025

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e seis minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, realizou-se a Sessão Ordinária de junho da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Período de Intervenção do Público;
- 2 - Período Antes da Ordem do Dia;
- 3 - Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Moita - Ratificação nominal de representante da CDU;
 - 3.2 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Moita - Ratificação nominal de representante do PSD;
 - 3.3 - Designação dos Júris dos procedimentos concursais com vista ao provimento de cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º graus;
 - 3.4 - Lançamento de uma hasta pública para concessão do uso privativo de quiosque municipal, destinado a estabelecimento de restauração e bebidas com áreas de esplanada sito no Parque Municipal da Moita;
 - 3.5 - Contrato de concessão - cedência temporária e a título oneroso dos Espaços Municipais (coberturas de edifícios, outros equipamentos e solos), identificados em anexo, por meio de concurso público com publicidade internacional para a instalação e exploração de Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC) com vista a eventual criação de Auto consumo coletivo (ACC) e Comunidades de Energia Renovável (CER);
 - 3.6 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).

Em conformidade com o nº4 do artigo 15º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, atendendo a que a 2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Deputada Cláudia Fera, pediu a sua substituição, o Presidente da Assembleia Municipal designou a Presidente da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Ana Costa, para a composição da Mesa.

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Carmen Sofia Pereira Lima foi substituída por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues
- Cláudia Sofia Alves Dias Fera foi substituída por Daniel José Viegas Serpa
- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído por Maria Teresa Lésico de Jesus
- Rodrigo Fernando Mendonça Pedro foi substituído por Rui Pedro Neto Garcia
- João Daniel Baião de Brito Apolónia foi substituído por Susana Isabel Horta Martins
- Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, foi substituído pela Vogal daquele Órgão, Débora Moura Borges

Verificação de ausências:

- Após as substituições efetuadas verificou-se a ausência de Ana Isabel Pinto Pereira.

Estiveram presentes os seguintes Membros do Executivo Camarário:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino e os Srs. Vereadores Luís Manuel Miranda Amieiro, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Daniela Jorge Pinheiro Casimiro, António Carlos Pedrosa Pereira, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Peçaço e Sandra Isabel Casaca de Castro.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Carlos Campos

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

«Eu sou um grande reclamador, às vezes não sei o que é que digo. Eh pá, e houve alguém que disse “eh, pá, está lá uma coisa que é o Moita mais próximo”, “então como é que isso se faz?” Lá me explicaram, e eu tenho isso no meu telemóvel. E eu agarrei e aprendi a fazer aquelas coisas, denúncias, tipo bufaria, no próprio interesse de todos os munícipes. Mas o que é isto? Afinal isto é a Moita mais próximo? Não, é a Moita mais longe. Ninguém responde, ninguém diz nada. Será que é verdade que isto funciona? Isto tem andado assim já há uns anos bons.

Então, a última situação é aquela rotunda que está no Vale da Amoreira, ao lado do campo do Vinhense, que toda a gente passa lá e toda a gente tem jipes e ninguém reclama. Agora, eu não sou obrigado a fazer trabalhos que pertence aos serviços municipais, que é parar o meu carro na rotunda, dentro da rotunda, em horas de ponta, e parei mesmo, saltou-me a tampa e agarrei na pedra, um paralelepípedo grande, e fui pôr no terreno ao lado da rotunda. Eh pá, será que ninguém passa lá e não vê aquilo? Ali o senhor Presidente passou por mim lá naquela rotunda, e os outros não passam? Não veem? Antes desse buraco que eu estou a falar na rotunda do Vinhense, há um buraco ao lado de uma tampa de sarjeta, até sou tendencioso, cada vez que lá passo truca, bato lá com a roda do meu carro. Também já reclamei nessa coisa do mais próxima não sei quê, ninguém diz nada a ninguém.

Eu sou um grande reclamador, estou farto de contactar a ANACOM, e a ANACOM está farta de dizer a mim que é da competência da autarquia zelar pelo bem-estar da via pública que é de todos nós. Ainda a semana passada paguei 400 e tal euros de IMI's e eu tenho que ter os meus direitos, não é só pagar. Não me importo de pagar, e também se não pagar levam-me uma casa que ainda vale mais que isso. E já reclamei junto da Câmara sobre o assunto das telecomunicações, nada. É para esquecer, ninguém quer saber de nada. Eu não sou obrigado a ter um cabo pendurado à minha porta, sujeito a que eu um dia passo-me da boneca, meto a corda ao pescoço e enforco-me. Não, não tenho. Aliás, eu não pago IMI's para ter cabos pendurados à minha porta. A rua das Castanhas é uma vergonha, uma vergonha, e eu estou farto de reclamar.

E agora, está aqui uns documentos que é para entregar ao Presidente da Câmara, porque a gente quando vai na estrada temos a mania de olhar sempre em frente, e acho bem. Agora os carros já têm aquele sistema que se se atravessar alguém ele para, eu por acaso tenho um carro desses, já podemos olhar para cima. E então tenho aqui umas poucas vergonhas, da rotunda também, e eu fui gastar 5 euros que bastante falta me faz para ir jantar grande para ir jantar daqui nada com a minha mulher, que por acaso alguém lhe disse a ele “olha vê lá que o gajo é maluco, que o gajo diz que faz, e se calhar faz, ele não bate bem da cabeça, ele é mal educado”, e foi lá um carro, porque eu tenho uma câmara de filmar, e eu sei que não posso filmar a via pública, mas como há muitos ladrões, cada vez mais eu tenho que preservar o seu património, e estava lá a carrinha e o senhor não tirou a escada para ir lá acima do poste cortar o cabo lá em cima, então cortou o cabo cá em baixo e depois atou o resto do cabo ao poste. Mas será que ninguém vê isto? Andamos todos cegos? Eu sei qual é o problema. Eu tenho aqui para entregar ao senhor Presidente, uma foto do cabo, tenho aqui a foto da rotunda.

E tenho aqui a D. Aires, que está com menos mobilidade, infelizmente, que é a minha mulher, que é uma senhora com oitenta e tal anos, parece que desprezam as pessoas que têm setenta e tal anos, eh pá isso não diz nada? “Opá aquilo é cota, é velho, deixa estar. O gajo resmungo e a gente faz que não viu. A senhora, no Inverno, está sempre a levar chicotadas na parede que é dela porque os senhores da PT, da Altice, e do Altão, meteram o cabo, e houve alguém que mandou para fora, em cima do telhado da senhora. Eu já reclamei isto por ela, e ninguém faz nada. Eu sei qual é o problema, eu já uma vez disse numa Assembleia, é que aquele bairro nasceu ilegalmente, e eu disse uma vez à senhora Presidente da Junta de Alhos Vedros, que não sei se está presente se não, fui lá fazer um contestamento, e ela disse-me para mim “ah, o senhor não sabe que o bairro nasceu ilegal?”. “Espere aí, quem é que disse isso? Não, desculpe lá mas não foi. Sabe porque é que não foi? Porque a autarquia foi conivente com a construção do mesmo. Consentiu e as pessoas fizeram. Olhe, e depois é assim, eu

fiz lá uma casa, isto foi há cerca de uns, foi no tempo da outra senhora, e pediram-me o projeto para a arquitetura, para a canalização, exigiram todos os projetos à exceção do projeto da canalização para o vinho, esqueceram-se. Portanto, a minha casa é legal num bairro legal.”

Agora gostava de entregar só este documento ao senhor Presidente, porque o senhor Presidente Carlos Albino disse-me a mim uma vez, pessoalmente, que não havia leis, e eu trago a aqui a lei para dar ao Sr. Presidente para ele mandar os juristas, ou as pessoas competentes, ler a lei que é a 123/2009. Eu sou um analfabeto que ando aqui, certo?

E agradeço que olhem pelo bairro José Ferro, moram lá pessoas que precisam de muita ajuda, que são aquelas pessoas mais carentes, dos oitenta, dos setenta. Não vale a pena fazer ciclovias, não é nada dessas coisas, mas olhem lá para as pessoas que foram os que nos criaram, ou que criaram vocês, se calhar, digo eu, não sei.»

Sr. Manuel Rodrigues

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

“Gostava de pôr um ponto prévio à Mesa, dão-me um minuto porque senão eu perco o tempo nos pontos que eu quero pôr. Gostava de pôr um ponto à Mesa, e seria só uma achega, uma adenda a tudo isto. Se me permitir eu coloco.

Eu fu participar na sessão de Câmara de Sesimbra a semana passada, não é preciso inscrições na sessão de Câmara de Coimbra, o Presidente...”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Desculpe, mas isso não é assunto para aqui.”

Sr. Manuel Rodrigues

“É que esta coisa dos 5 minutos é muito limitativa”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Tem 5 minutos e damos-lhe mais um bocadinho.”

Sr. Manuel Rodrigues

«Ok, muito bem. 5 minutos a cada pessoa, falamos 4 pessoas, temos 20 minutos, portanto 20 minutos para os munícipes é um perigo, quando se permite 60 minutos, não havendo outras pessoas, não é? Mas já sabemos o que é que a casa gasta.

Em primeiro lugar, queria vir aqui louvar o vereador António Pereira. O vereador António Pereira fala pouco e devia falar muito mais, porque a intervenção que ele fez depois da minha intervenção da sessão de Câmara foi brilhante. A única pessoa que viu que eu só dei uma opinião, nada mais. Obrigado António. Quando depois o Presidente recebeu uma mensagem de inteligência artificial que havia uma escola de contentores em Bruxelas, onde ele foi, eu só tinha uma pergunta, seria em Bruxelas ou no Tarrafal que há a escola com os contentores?

E depois venho aqui falar para a vereadora, olhos nos olhos, eu sou Manuel, não sou Manel. Eu não sou Manel, se não souber dizer Manuel, eu vou ensinar. Sobre a sua resposta às minhas intervenções venho aqui dizer o seguinte, quem são os trabalhadores da Câmara que não gostam de mim? Quem é que eu ofendo de trabalhadores da Câmara? É a Anabela Franqueira que vocês já mandaram embora? É a Luísa Cavaquinho? É a Sandra Sousa? Quem são os trabalhadores da Câmara? Eu respeito imenso as pessoas que trabalham. Eh pá, não me venham com essas coisas de me ofender que eu digo. Só me recebem a mesa quando eu não disser mal dos trabalhadores da Câmara? Eh pá, isso é ofensivo. Eu não digo mal de ninguém que trabalha, eu digo mal das chefias que não sabem chefiar as pessoas que trabalham, e que dão avaliações de 5 a tudo o que é chefias e os trabalhadores só tiveram 7 excelentes. Isso já disse aqui, não vou repetir.

Em relação à intervenção do Presidente na loja Action, é pá logo de seguida recebi de um trabalhador da Câmara toda a legislação sobre isto. É expressamente proibido um Presidente da Câmara fazer o que foi feito, e fazendo uma queixa é uma multa de 15000 a 70000 euros. Eu posso ler, vocês podem ver, posso mandar, portanto, é completamente expresso que, sobre a publicidade institucional é bastante clara, “presidir a uma câmara não autoriza o Presidente a aparecer em vídeos e fotografias promovendo empresas privadas, isso seria considerado promoção comercial com recursos a meios públicos e à sua figura pública.” Algo que está fora, completo. Mais, “o Presidente da câmara não pode

usar uma posição ou meios da autarquia para promover uma empresa privada.” Em período eleitoral a restrição é ainda mais rigorosa, a legislação e regulamentos aplicáveis impõem neutralidade absoluta proibindo qualquer forma de promoção dessa empresa. Portanto, eu intervim na minha boa fé, o que é certo é que existe legislação sobre isto.

Sobre a entrega da mesa de xadrez, portanto, a partir de hoje, eu não quero mais oferecer a mesa de xadrez. Eu não sei se se a vereadora Sara sabe o que é o xadrez. O xadrez é um jogo que joga com pedras, não é Damas. Sabe o que é o jogo de xadrez? Pois é, eu já pensei. Portanto, a mesa que eu queria oferecer é uma mesa de xadrez, não é uma mesa para outro tipo de atividades, e como não querem que eu ofereça a mesa de xadrez que o meu pai fez, eu propunha uma simultânea, porque também me disponho a jogar xadrez contra 50 jovens das escolas desta terra, e eu jogo contra os 50. Faço uma simultânea, que nunca fiz, mas até era capaz de fazer isso só para fomentar o xadrez. É um jogo que fomenta a inteligência, e a inteligência e a estratégia é qualquer coisa que não agrada àquelas duas personalidades que ali estão.

É pá, e por fim, vou só dizer uma coisa. É pá, recebi ontem, apareceu-me a guarda outra vez na minha casa. É pá isto, eu quando era miúdo a guarda entrou na minha casa quando eu tinha 3 anos e 13, portanto, imaginam quando entra um guarda na minha casa. Onde entrou um guarda na minha casa para anunciar que eu tenho um segundo processo em tribunal movido aqui pelo nosso amigo e pela nossa advogada, a quem nós pagamos 40000 euros por ano. Eh pá, é doloroso. Eu vim de Lisboa, passei uma hora na ponte para vir aqui dizer que é doloroso. Depois de ver este livro, em que o meu pai esteve preso, como vocês sabem, e eu discuti muito o meu pai, nós não fomos muito amigos, nós discutimos muito. E sabem qual foi o motivo da maior discussão com o meu pai no fim da vida? Foi ele passar por esta vergonha. Isto é que foi a maior desunião que eu tive com o meu pai. O meu pai passou pela vergonha de ser do Partido Socialista, destes indivíduos que aqui estão, e andou-lhes a fazer a cama para eles me ofenderem e porem-me em tribunal.

Por fim, o que é que o meu advogado disse? Quando esta malta mete as pessoas em tribunal é porque já estão perdidos, já não resta mais nada senão fazer queixinhas. É como aquele miúdo que anda a jogar à bola ali no Vale da Amoreira e depois, quando se zanga, guarda a bola e leva para casa e vai fazer queixas aos paizinhos. Como eu consegui derrotar completamente esta gente, e ainda há bocadinho o Vitório ligou-me para fazermos uma festa no dia em que a nova gestão tomar posse, seja quem for, nós vamos fazer uma festa quando esta gente sair da Moita. Portanto, quem menos gosta de vocês são as pessoas que os elegeram e é uma vergonha vocês estarem a pôr em tribunal o filho deste homem.

Estás-te a rir do quê? Ri-te lá. Estás-te a rir do quê ó Albino? Achas isto normal?»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Senhor Manuel, não entre em diálogo. Não vá por aí, por favor.”

Sr. Manuel Rodrigues

“Por fim, é uma vergonha pá, eu vou na próxima semana saber o processo porque é. Portanto, já tive um processo suspenso, vou pagar 200 euros por que chamei animal, é pá, desculpe chamar animal. Não disse animal racional nem irracional, não se pode chamar animal a uma pessoa, peço desculpa, peço desculpa pelas formas que eu tenho de intervir, mas as vossas respostas são provocadoras. Eu ia dizer que são ordinárias, mas não são, são de boas pessoas. O que vocês disseram sobre a mesa de xadrez, de quem é que eu digo mal pá? Então ainda há 2 semanas ligaram-me a dizer que vão receber esse xadrez. Era bom ter aqui mesas de xadrez, os jovens poderem jogar xadrez, isso incomoda-vos? É pá, a mas de xadrez será entregue no primeiro dia à próxima gestão desta Câmara, seja ela qual for, e no primeiro dia a seguir às eleições, se a Moita tiver liberdade outra vez, eu ofereço. Obrigado.”

Sr. Joaquim António

Intervio em conformidade com a transcrição infra:

“Eu sou morador no casal do Pardal, e numa rua, segundo parece, que não tem nome, que fica ali no bairro José Ferro, que liga com a rua do Comércio ali nas Arroteias, portanto, venho falar na estrada, que está péssima, está cheia de buracos. Toda a gente fala, mas ninguém apresenta soluções, portanto, vinha aqui, e convidava o responsável para ir lá ver para ver se eu tenho razão ou não, e queria uma solução do que é que o que é que se podia fazer. E o que eu vejo aqui é muitas coisas, há 3 anos que estou à espera de taparem os buracos, e os buracos continuam na mesma. O que eu vejo é que quem estuda sabe tudo, faz tudo e não é poupado, quem não estuda, trabalha, produz, é explorado e é culpado de tudo. Era só sto. Obrigado.”

Sr. João Henriques

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

“Quero agradecer mais uma vez a oportunidade que me deram. Como tenho sempre dito, e volto a repetir, eu quando tenho que criticar eu critico, e quando tenho que elogiar eu elogio. Na última reunião passada, no dia 25, eu tive uma pequena intervenção sobre a limpeza na estrada nacional número 11, junto à padaria Lusa e a rotunda, porque continua a haver areia na estrada junto às coxias. Eu intervim 2 vezes, vim à Câmara reportar a situação porque era um perigo para os carros e as motas, resvalavam e iam bater. A resposta do senhor Presidente, e muito bem, disse que os serviços iam fazer e os serviços não fizeram. Não limpam nada. Zero. Eu acho que vocês não têm pessoal adequado para chefiar esses serviços.

Agora quero questionar o senhor Presidente sobre a proteção civil. Que eu saiba, a proteção civil é para estar 24 horas sobre 24 horas aberta. Eu estava num sítio, na Baixa da Banheira, estava lá a fazer um pequeno trabalho num consultório de uma advogada, cai um bocado de uma varanda para a via pública. Isto eram cinco e meia da tarde. Ligou-se para a proteção civil, a proteção civil não atendeu o telefone. Não atendeu o telefone. Até ao quarto para as seis não atendeu o telefone. Tivemos que chamar os bombeiros, e os bombeiros municipais da Moita é que conseguiram ligar para a proteção civil. Eu tentei por vários meios para conseguir, para saber, para ligar para a proteção civil a nível nacional, porque eu tenho esses contactos, e disseram que a proteção civil da Moita tem que estar coberta 24 horas. Entretanto, veio a PSP da Baixa da Banheira, vedaram o trânsito porque a varanda estava na iminência de cair, a proteção civil foi contactada era um quarto para as seis e quando lá chegou eram 9 da noite. Pergunto eu, onde é que esteve a proteção civil? Se houvesse um incêndio, uma catástrofe, onde é que eles estiveram? O senhor Presidente tem que puxar pelos galões, porque o senhor Presidente pertence à proteção civil, e isto não é admissível. Isto não é admissível. Uma proteção civil que não atende um telefone numa urgência qualquer. Mesmo que não estejam no escritório, eu vou lhe dar uma dica, mesmo que não estivesse no escritório. Quando eu não estava no escritório os telefones do meu escritório eram reencaminhados para mim e eu atendia. Isso não aconteceu. E os bombeiros ligaram para a proteção civil e foi a mesma coisa que nada, tiveram que ligar não sei para que lado é que foi que lá apareceram, ao final de quase 2 horas ou 3 horas, é que aparece a proteção civil?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Então vamos aqui começar aqui pelo Bairro José Ferro e pelas questões colocadas pelo senhor Carlos Campos. Relativamente às questões que aqui me traz, eu não sei se viu se não viu, se o vi, se o deixei de ver, eu não ando propriamente a ver quem é que está no espaço público, estou em trânsito, mas registei a observação que aqui fez, observação que não é nova. Eu só quero lhe dizer o seguinte, a avenida 1º de Maio, no Vale da Amoreira, coloca aqui uma questão importantíssima e basilar. É por isso mesmo que a Câmara Municipal, no pedido de empréstimo que fez aqui há bem pouco tempo para intervencionar, não só a rede de águas, mas também a rede de esgotos, incluiu a avenida 1º de Maio nas obras que tenciona fazer, porque, repare, no último quadro comunitário de apoio, o executivo anterior foi buscar dinheiro para reformular aquela via de tráfego, dotando-a, ou fazendo com que o traçado, a via, passasse a ser, neste caso, de mobilidade suave, ou seja, limite de velocidade de 30 km hora, por isso é que tem aquele aspeto, aquele traçado, e mudou o alcatrão sem tratar das redes enterradas. O que é que isso fez? As redes enterradas são muito antigas, temos um relatório da Câmara Municipal, e não só, que dizem que, para além delas serem muito antigas, como o tráfego é intenso e como as obras foram feitas com que elas ficassem ainda mais frágeis. Por isso, se você verificar e contar desde a rotunda do início das Fontainhas até à do Vinhense, como você lhe chama, já tem mais de 5 buracos, e se passar lá esta semana já vai no sexto buraco, ou seja, no sexto remendo.

Temos em curso um plano para intervencionar toda essa via, estamos a orçamentar e a fazer o projeto para trocar, se possível, por dentro, encamisar a tubagem por dentro, para não ter que levantar aquela via toda novamente e voltar a repor, porque isso seria caríssimo e altamente penalizador para o município e a maior parte dos cidadãos não iriam perceber que uma estrada feita há tão pouco tempo tivesse que ser toda refeita e toda repavimentada novamente. Por isso é isso que estamos a tentar fazer rapidamente, mas estamos a fazer muitas outras obras, muitas outras iniciativas. Dar nota que no início do próximo mês vão iniciar, também ao abrigo desse empréstimo que foi feito, as obras no Penteado, que também comportam saneamento, águas pluviais, rede viária, por isso estamos a intervir em todo o concelho. O concelho é muito extenso, é um concelho que, como nós dizíamos quando

estávamos na oposição, precisava de uma atenção especial nas redes, nas infraestruturas, nas vias e nas estradas, e é algo que temos vindo a fazer desde que fomos eleitos. Intervencionar umas localidades de cada vez, sendo que é impossível intervencionar os 55 km quadrados do concelho todos ao mesmo tempo. E isso nós nunca prometemos, agora aquilo que prometemos que íamos fazer, temos vindo a fazer.

Por isso, pode continuar a colocar coisas na aplicação, estou-lhe já a dar a resposta, ninguém lhe dirá uma resposta diferente do que aquela que eu estou a dar. O processo está em análise com tiver concluído dirão que aquilo está executado, mas já estão a fazer o projeto, já foi aprovado, e podem testemunhar os senhores membros da Assembleia Municipal, porque o empréstimo teve que vir aqui ser aprovado nesta Assembleia Municipal, e estava lá um relatório do trabalho que ia ser feito e as estradas que iam ser intervencionadas. Está lá tudo escrito e a informação também é pública no site da Câmara Municipal, e isso é o que eu lhe tenho a dizer.

Relativamente aos cabos da Altice, podemos dar apoio, no âmbito até do gabinete de apoio ao consumidor a fazer queixa para os cabos serem retirados dos locais que indica, até no nosso serviço de urbanismo pedir apoio, marcar uma reunião e uma consulta relativamente a essa matéria, isso ou outra coisa que tenha por legalizar, também o nosso serviço urbanismo dará todo o apoio se tiver necessidade de legalizar alguma situação. Por isso não deixe de contactar o nosso urbanismo para estas e outras questões que possam ser do seu interesse. É isso que eu tenho aqui para dizer o senhor Carlos de Campos.

Relativamente ao senhor João António a intervenção vai, exatamente, no mesmo sentido. Vamos continuar a intervencionar a rede viária de acordo com o planeamento que temos feito, daquilo que temos já programado, as estradas que vamos alcatroar estão assinaladas, fruto de um investimento que já está programado e que os investidores já deram nota disso mesmo numa sessão do Setubalense. Aqui peço desculpa, estou aqui a fazer publicidade institucional, mas numa ação que participámos do Setubalense, no Fórum José Manuel Figueiredo, deram nota mesmo desse investimento, são mais de 100000000 de euros que vêm para o concelho da Moita e vão representar mais de 7500000 de taxas ou reforço de infraestruturas que, grande parte, ou na maioria dos casos, serão para ser usados em reforço de infraestruturas, ou seja, água e esgotos, e estradas também. O que não fazemos, e quero-vos deixar claro e dizer com toda a frontalidade a todos, é não alcatroamos uma estrada sem arranjar as infraestruturas que estão por baixo. Por isso o mesmo fizemos no Rosário, quando há pouco tempo intervencionamos o Rosário, tirámos a rede que estava lá de fibrocimento, ainda há pouco tempo também fizemos uma intervenção na Vinha das Pedras, temos intervencionado vários locais e a opção é sempre a mesma. Preferimos fazer menos quilómetros de alcatrão, mas quando fazemos uma intervenção fazemo-lo bem feita, não despejamos ou depositamos alcatrão só para parecer bem. Gostamos de fazer o trabalho como deve ser feito.

Relativamente ao senhor Manuel Rodrigues, não me merece qualquer tipo de observação, é mais do mesmo, por isso não vale a pena estar aqui a dizer e a responder e a repetir-me. As intervenções vão sempre no mesmo sentido. É de salientar que se teve de pagar 200 euros foi para evitar ser condenado num processo, e saudar a instituição que recebeu estes 200 euros. Só por isso, haver uma instituição que tenha tido este apoio, para mim já é positivo o desfecho de terem tido este apoio de 200 euros.

Relativamente ao senhor João Henriques, acho estranho aquilo que me disse da proteção civil não atender, a proteção civil trabalha 24 sobre 24 horas, tem estado nas situações de maior stress sempre com enorme disponibilidade, mas se me puder indicar depois o dia e a hora, e para quem é que fez o contato, nós tomaremos nota disso mesmo.

Só uma última coisa, e para que não subsistam dúvidas, demos 47 excelentes, por isso houve muitos trabalhadores que foram agraciados com a nota máxima dada pelo município com um único critério, a qualidade do seu trabalho. Um trabalhador que entre à hora do serviço, desempenhe as suas funções face ao trabalho que lhe é devido, merece ser reconhecido por esse mesmo trabalho e posso-vos dizer que, mas isto é por conhecer, há trabalhadores de todas as áreas partidárias e alguns sem partidos, outros nem sei que partido têm, ou se não têm, isso pouco interessa aqui ao caso., aqui o que importa é o trabalho que, realmente, eles fazem e eu acho que é isto que é de salientar. Um bom trabalhador deve ser reconhecido pelo bom trabalho que faz, e a única coisa que esperamos dessas pessoas que tiveram boa nota é que sirva de estímulo para este ano corrente continuarem a ter uma boa nota para que, no próximo quadro avaliativo, possam voltar a ser reconhecidos, exatamente, com um excelente. É isso que esperamos, que essas 47 pessoas continuem, cada uma delas, a dar o seu melhor, como fizeram no último quadro avaliativo.

Relativamente ao resto, não tenho mais nada a dizer. Muito obrigado a todos”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Gostaria, mais uma vez, de agradecer aos munícipes que aqui vieram colocar as suas questões, e é fundamental que assim que assim o façam, pena é que algumas questões venham aqui ser repetidamente apresentadas, porque realmente não existe, em muitos casos, resolução. Já ouvimos várias vezes, nós aqui também já usámos a plataforma Moita + Próxima e já sabemos que não resolve nada, se calhar, não é mesmo mais próxima, é mais Longe. Há um conjunto de pessoas que nos vêm, constantemente, dizer que a plataforma não dá resposta e que algumas questões que são lá colocadas, passado algum tempo, aparecem como resolvidas e não estão resolvidas, portanto isto é algo que é constante, que acontece frequentemente. E também acontecem frequentemente aqui algumas intervenções sobre o estado das estradas, e também é mais frequente ainda que o senhor Presidente comece a falar de coisas que, realmente, não existem. E o mais lamentável é que fale muitas vezes de coisas que não conhece.

A mobilidade suave não é circular a 30 km hora, a mobilidade suave é circular a pé, circular de bicicleta, portanto isso é que é mobilidade suave pessoal, a mobilidade de circular a 30 km hora é apenas uma circulação mais lenta para proteger também os peões e a qualidade de vida dentro das localidades, portanto a mobilidade suave é uma coisa completamente diferente do circular a 30 km hora.

O senhor diz constantemente, isto é frequente, que vocês estão a fazer muito trabalho, estão a alcatroar, e que agora voltou a dizer, que tem intervenções na rede viária preparadas, pois tem, tem preparadas aquelas intervenções que não acabaram no tempo de quando nós deixámos aqui um plano de intervenções na via pública. E, mais uma vez, o senhor voltou a dizer que nós púnhamos o alcatrão e não investíamos nas infraestruturas por baixo da estrada. Eu digo-lhe já que, em relação à avenida 1º de Maio, para não falar de outras, aqui da Alexandre Sequeira, na Baixa da Banheira, na rua de Angola, na rua de Moçambique, numa série delas, houve intervenções nas infraestruturas por baixo do alcatrão, por baixo do piso. Portanto, o senhor ou não sabe ou então quer que as pessoas não saibam, é escolher qual delas é a pior. Por mim eu não vejo assim, no seu caso acho que deveria saber, e se não sabe, pronto, é o que temos.

O senhor João Henriques falou aqui de um problema da proteção civil, e eu na última Assembleia falei aqui de um problema semelhante, espero que não seja, exatamente, no mesmo edifício que o senhor referiu. Eu referi um edifício na rua 25 de Abril, o antigo prédio onde havia, quem é da Baixa da Banheira conhece, a casa dos plásticos, em que a fachada está com muitos problemas, e que pessoas eram residentes naquele prédio perguntaram à Câmara o que é que se podia fazer, o que é que a proteção civil recomendava, o que é que a Câmara podia fazer por aquelas pessoas. e que não tiveram resposta durante muito tempo. Perguntei aqui, também não tive resposta. O que acontece, mais uma vez, é que há alguém que vem aqui falar sobre proteção civil e diz que não há resposta, mas pronto, é isto, nós estamos habituados a que não haja resposta, que hajam algumas respostas fantasiosas e agora temos aqui uma coisa mais fantasiosa ainda, que é os trabalhadores agraciados. Não. Os trabalhadores não são agraciados, os trabalhadores são avaliados com a justiça que este SIADAP permite, porque este SIADAP não permite justiça. Este sistema de avaliação dos servidores da administração pública é injusto, e o que nós queremos é que haja justiça, portanto este SIADAP tem que acabar, e os trabalhadores não são agraciados, são avaliados com justiça. Disse. Muito obrigado.”

Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE

“Eu gostaria só de referir que, quando foi focada a questão de existirem cabos da Altice, e de outros, da NOS, essa situação verifica-se em imensos locais do concelho, não é só especificamente naquele sítio. Nomeadamente, eu tenho visto como está, por exemplo, em Alhos Vedros, no centro de Alhos Vedros, a quantidade de cabos que estão, também a mesma situação existe no Vale da Amoreira e na Baixa da Banheira, e se calhar também na Moita, portanto, é uma situação que merece mesmo atenção, porque não é viável, nem visualmente, nem a qualquer nível. A situação não pode continuar.

E também queria acrescentar, talvez o senhor Presidente da Câmara esteja recordado, de há uns tempos atrás eu ter dito que tentei entrar em contato com a proteção civil, porque havia uma árvore no pinhal das Fontainhas que não estava em boas condições, numa noite de grande temporal, eu tentei entrar em contato com a proteção civil e não consegui. Eu, deputada municipal, portanto não me admiro que os munícipes tenham, exatamente, a mesma situação a apontar. Tenho dito.”

Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS

“Bom, eu ouvi com muita atenção as intervenções do senhor Carlos Campos, do senhor Joaquim, do senhor João Henriques, do senhor Manuel Rodrigues, mas o senhor Manuel Rodrigues nada de novo os traz porque, de facto, é sempre a mesma coisa. Ouvi as explicações do senhor Presidente do executivo, com muita atenção também, e o que a bancada do Partido Socialista tem apenas a dizer é que irá acompanhar o desenvolvimento de todas as questões aqui apresentadas.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção deu por concluído o período de intervenção do público.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que deram entrada na Mesa da Assembleia os seguintes documentos para discussão, apreciação e votação:

- 2.1 - Saudação “Ao STAL pelos seus 50 anos de luta ao serviço dos trabalhadores”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU;
- 2.2 - Moção “Pelo Reconhecimento do Estado da Palestina – Aprovada por Unanimidade”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU;
- 2.3 - Moção “Implementação e fiscalização das alterações ao Código da Estrada – Lei n.º 24/2025, de 12 de março”, apresentada pelo Deputado Municipal Independente Bruno Mendes.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.1.

Deputada Cândida Vinagre do Grupo Municipal da CDU

“Saudação ao STAL pelos seus 50 anos de luta ao serviço dos trabalhadores

A comemoração dos 50 anos do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, Regional e Afins é motivo de orgulho para todos os que reconhecem o valor da luta sindical, da organização coletiva e da defesa intransigente dos direitos laborais.

Fundado em 1975, num momento decisivo da nossa história coletiva, o STAL foi o **primeiro sindicato da Administração Pública criado em liberdade**, nascido da coragem e da mobilização de milhares de trabalhadores determinados em conquistar dignidade, justiça e voz ativa no seu local de trabalho e na sociedade.

Ao longo destas cinco décadas, o STAL construiu um percurso firme e coerente, **ao serviço de todos os trabalhadores**, de norte, sul e ilhas do país, com especial dedicação e proximidade aos **seus associados**, que são o pilar e a razão de ser da sua existência. A sua ação incansável tem-se afirmado na luta por **melhores salários, valorização das carreiras, retoma das profissões, condições de trabalho dignas, serviços públicos de qualidade e pela defesa da liberdade sindical**.

O STAL tem sido um exemplo de **persistência, combatividade e independência**, enfrentando com coragem todas as formas de pressão, tentativa de silenciamento ou ataque – e nunca abdicando dos seus princípios ou dos interesses dos trabalhadores que representa.

Saudamos, com respeito e admiração, **todos os que ao longo destes 50 anos construíram esta história de luta e conquista**: dirigentes, delegados, ativistas e associados. São eles que mantêm vivo este projeto sindical de classe, democrático e transformador.

Nesta data simbólica, a Assembleia Municipal da Moita reunida a 27 de junho de 2025, dirige à Comissão Sindical do STAL dos Trabalhadores das autarquias do concelho da Moita, à Direção do Regional de Setúbal e à Direção Nacional do STAL, uma calorosa saudação e o reconhecimento pelo seu contributo para a construção de um país mais justo, onde o trabalho é valorizado e os direitos não

são apenas palavras, mas realidades conquistadas com esforço coletivo. Saúda igualmente todos os ativistas e dirigentes sindicais que no passado e no presente continuam a dar corpo à luta coletiva.

Os eleitos da Bancada da CDU

A ser aprovada remeter esta saudação à Comissão sindical do STAL dos trabalhadores das Autarquias do Concelho da Moita, à Direção Regional de Setúbal e à Direção Nacional do STAL.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a saudação à discussão intervieram:

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

“Eu só queria dizer aqui duas ou três considerações em relação a isto. Como sabem, o meu percurso profissional sempre foi no privado, é a primeira vez que eu tenho uma experiência em funções numa autarquia, mas não posso deixar de dizer isto porque eu não pactuo com hipocrisia e com cinismo. Este sindicato, o STAL, ou qualquer outro, e eu conheço poucos sindicatos, conheço, durante quase 30 anos, os sindicatos que estavam ligados, e a comissão de trabalhadores, ao BCP – Banco Comercial Português para onde eu trabalhei durante quase 30 anos e onde eu tenho ainda o meu vínculo contratual, e conheço este sindicato do relacionamento que tenho agora nos últimos anos. Este sindicato enviou para as autarquias locais uma proposta de revisão do acordo coletivo com as autarquias há 1 mês, 3 semanas, 2 semanas. Nós em Alhos Vedros, ainda não respondemos, mas não faz sentido negociar um acordo coletivo a 3 meses das eleições. Nós vamos dizer, pelo menos na nossa opinião, que não faz sentido. É isso que vamos dizer. Quem entrar a partir de setembro, outubro, penso que outubro, terá toda a legitimidade da população para negociar um acordo coletivo de trabalho, e era este ponto que eu queria referir, mas, queria referir aqui mais uma questão ou duas.

Em Alhos Vedros, e eu fiquei extremamente indignado e incomodado que um sindicato que se diz defender os trabalhadores, mas em Alhos Vedros havia trabalho precário desde 2014. Existia grandes problemas de respeito pela dignidade das condições de trabalho e segurança nas oficinas dos nossos trabalhadores. Não tinham um esquentador. Não tinham um esquentador, fomos nós que comprámos, o executivo novo, passado um mês de entrarmos em funções. Não tinham equipamentos de proteção individual, e depois, além disso, várias outras coisas, nós também equipámos as carrinhas de serviços com estojos de primeiros socorros, etc., etc. Ou seja, eu pergunto, eu questiono-me a mim se este sindicato, por estas autarquias pertencerem a um determinado partido político, não faziam o seu trabalho e a sua intervenção de defesa dos trabalhadores. Pergunto eu, questiono, faço uma reflexão sobre isto. O que está aqui em causa, e eu não ponho em causa o trabalho em 75, em 80, em 90, em 2000, certamente, e no país inteiro, eu não tenho conhecimento do trabalho do STAL neste país, neste nosso país que tem tantas autarquias e tantas pessoas que merecem ser defendidas, e concordo com o Deputado João Figueiredo. O SIADAP é um sistema absolutamente injusto, mas qualquer sistema de avaliação, seja no privado ou no público, é injusto. Vou já dizer. E isto é um facto, e eu falo por mim. São injustos. Os sistemas de avaliação, tanto nas empresas privadas, e eu falo por mim que durante 30 anos fui avaliado, sempre considerei injusto e sempre reclamei, e agora, eu, como autarca, a fazer as avaliações dos nossos colaboradores, funcionários, trabalhadores da Junta de Freguesia, considero injusto. Fizemos agora há pouco tempo, há 15 dias, 1 semana. É injusto.

O que está aqui em causa, na minha opinião, é que nós quando falamos, e está aqui, neste caso, uma saudação, o trabalho depois tem que corresponder no terreno a uma realidade concreta e, no meu caso, eu tenho exemplos concretos e provas que este trabalho não foi bem desempenhado na autarquia de Alhos Vedros durante alguns anos. Eu considero que deveriam ter feito outro trabalho de acompanhamento e, se tivessem feito outro trabalho de acompanhamento antes de 2021, se calhar, as pessoas tinham tido mais respeito e dignidade pelas suas condições de trabalho, que é aquilo que merecem, e nós temos feito e trabalhado nesse sentido e temos dado condições de trabalho aos nossos colaboradores. Obrigado.”

Deputada Tânia Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

“Gostava de iniciar a minha intervenção por saudar todos os trabalhadores que hoje participaram no protesto nacional promovido pelo STAL, a propósito destas coisas que até estão aqui nesta saudação e outras tantas que podiam estar. E acho inacreditável a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, que quer fazer de um texto simbólico, de uma saudação a um trabalho de um sindicato de carácter nacional, uma crítica generalizada, sem conhecimento, completamente

desprovida da realidade, com acusações infundadas, completamente fora da realidade. Porque também, provavelmente, e eu podia fazer aqui uma listinha de um conjunto de situações que estão para resolver na Junta de Freguesia de Alhos Vedros e outros locais que, certamente, nós conhecemos que existem para resolver. As coisas não se tratam todas de um dia para o outro e temos essa humildade. Às vezes, ela não surge. Fazer desta saudação motivo para intervir desta forma, para tentar denegrir este sindicato, não dizendo que o processo avaliativo dos trabalhadores, por exemplo, de Alhos Vedros, ainda não está concluído e já devia estar.”

Neste momento, perante afirmação por parte do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas, sem recurso a microfone, de que era falso, perguntou ao Presidente da Mesa se podia continuar a sua intervenção.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Com certeza. Agora é a vez da senhora Deputada falar, se o senhor Presidente quiser pode pedir a falar outra vez e reputar, agora não interrompe por favor. Pode continuar senhora Deputada.”

Deputada Tânia Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

“Volto a repetir. Nós sabemos e não estamos, aliás, porque nesta Assembleia é muito fácil dizer palavras de que nós não estamos de acordo com o SIADAP, mas, de facto, a lei existe e é preciso cumpri-la, portanto, existem prazos e necessariamente eles têm que ser cumpridos. E o que é facto é que os trabalhadores, provavelmente, senhor Presidente, vou lhe dar o benefício da dúvida, se já completou o processo esta semana, mas o que é facto é que, certamente, não informou a comissão sindical de tal, portanto, nós ainda não adivinhamos senhor Presidente.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

“Olhando para esta moção, claramente, nós não podemos fazer o acompanhamento desta moção por várias razões. Primeiro, porque penso que durante este último mandato foi claramente visível para todos que este sindicato em concreto, e aqui faço já uma nota que concordo que existam, claramente, e acho que faz sentido a existência dos sindicatos na luta dos trabalhadores, e que consigam garantir que os trabalhadores acabem por ter aqui algumas garantias na sua atividade laboral, mas este sindicato, desde o princípio desde mandato, ficou claro que não tem qualquer tipo de independência face a determinadas forças políticas. Assistimos aqui nesta mesma Assembleia dirigentes de sindicato sem qualquer tipo de comportamento cívico nesta Assembleia, parecia até que os problemas que vinham, aqui colocar na Assembleia Municipal não podiam ter sido colocados noutros fóruns e, além disso, o comportamento não foi de todo aceitável, desrespeitou todos os eleitos aqui desta Assembleia e ao público aqui que estava presente na altura.

Para além disso, pelo que eu tenho conhecimento, não temos visto grande trabalho junto do executivo atual para trabalhar em conjunto na procura de soluções para os seus colaboradores. O município, autonomamente, tem feito a duplicação e a requalificação dos trabalhadores, tenho informação que duplicámos a requalificação em 3 anos daquilo que era feito anteriormente. Houve uma aposta muito grande na qualificação dos trabalhadores do município, nomeadamente, pelo apoio da Câmara Municipal aos trabalhadores no acesso aos processos de reconhecimento e certificação de competências, por isso não revemos que o STAL, pelo menos aqui neste município, seja um sindicato que tenha, efetivamente, essa qualificação para estarmos aqui a dar uma saudação, até porque é uma saudação dos 50 anos que são feitos só em agosto deste ano. Muito obrigado.

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

“Eu não queria entrar aqui em diálogo com a Deputada Municipal Tânia Ribeiro, até porque ela depois acabou por se corrigir ao dizer que dava o benefício da dúvida que o SIADAP estava concluído, e está, mas a questão aqui em concreto é esta. Eu não quero aqui ser mal interpretado, quero clarificar aquilo que eu referi e a minha opinião. Eu não conheço o sindicato, STAL, a nível nacional, não conheço. A minha opinião, fundamentada, e com provas, há provas daquilo que eu estou a dizer, quem entender eu posso provar aquilo que eu estou a dizer, é a nível local, é a nível da freguesia de Alhos Vedros. Eu hoje reuni com as pessoas que vão assinar um contrato de trabalho de vínculo permanente com a autarquia de Alhos Vedros, 4 pessoas, 4 postos de trabalho, porque nós em 2021, quando entrámos para a autarquia, tínhamos 5 pessoas em prestação de serviços, e houve mais antes de 2021. Portanto, nós não podemos estar aqui a tapar o sol com a peneira, ou camuflar a verdade. Quando nós fazemos programas eleitorais de um determinado partido que gere autarquias, a dizer que vai fazer lutas contra

a precariedade do trabalho a nível nacional, e depois, na própria autarquia, e todas as autarquias têm trabalho precário, todas têm, todas têm por este país fora.

Eu sou totalmente contra o trabalho precário, mas também compreendo a necessidade do trabalho precário, por causa da questão dos protocolos, das competências, dos 4 em 4 anos que nós temos que negociar aquilo que podemos e não podemos fazer, das verbas, da receita que podemos receber. Agora, a questão do sindicato do STAL, aqui a nível local, em concreto, e a minha opinião é a nível local, tem que ter uma Independência e uma autonomia para defender os trabalhadores face à questão da partidarite quando um determinado partido gere as autarquias, resultado da liberdade das eleições, legitimamente. Agora, como dizia o meu colega Daniel Serpa, a Independência do sindicato está condicionada quando as autarquias são geridas pela CDU, no meu entender. Neste momento, se calhar, fazem um trabalho mais profícuo e mais intenso de salvaguardar os interesses dos trabalhadores do que faziam no tempo da CDU. Esta é só a minha opinião. Obrigado.”

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

“Quero dizer que o Bloco de Esquerda vai seguir e apoiar esta saudação, porque nós não confundimos a parte com o todo e pensamos que o todo que aqui se está a saudar é o sindicato, e o sindicato é importantíssimo na estrutura social de um país. Está mais que provado que, sem sindicatos dos trabalhadores, hoje ainda viveriam nos finais do século dezanove, portanto, nós iremos seguir favoravelmente esta saudação. Obrigada.”

Deputada Tânia Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

“Há muitas coisas que, de facto, diferenciam a bancada do Partido Socialista da bancada da CDU e uma delas é, sem dúvida, o facto de nós nunca chamarmos, jamais em tempo algum, colaboradores. Isto é muito sério. É essa a razão, e não, não vem do passado. Há, de facto, uma diferença muito grande e só pode ser por desconhecimento do trabalho que o STAL faz a nível local que há este tipo de intervenções, não há outra. É que o sindicato, o STAL, não está implementado na Câmara Municipal da Moita e nas autarquias, com os seus 450 associados, ontem nem hoje. Está cá há muitos anos, enraizado há muitos anos, com variadíssimas lutas, lutas que os senhores não conhecem, mas dava apenas um exemplo, 35 horas. Sabem, esta luta, de facto, foi encetada pelos trabalhadores e iniciada pelo STAL.

Hoje, uma parte dos trabalhadores da administração pública e todos na administração local conseguem manter as suas 35 hora, fruto de um acordo coletivo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia aqui aluiu na sua primeira intervenção dizendo que não quer discutir agora. Portanto, é disto que se trata. E disse.”

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

Eu peço desculpa, senhor Presidente, mas é só 2 frases mesmo. Não queria estar a prolongar esta discussão, e eu concordo agora com a última parte que a Deputada Tânia Ribeiro referiu de todo o trabalho desenvolvido pelo STAL a nível nacional. O meu problema é só com o STAL a nível local. Eu vou votar a favor até da vossa saudação. O meu problema é só esse, porque tenho motivos para desconfiar do trabalho do STAL a nível local. Mas eu queria só dizer isto, a freguesia de Alhos Vedros é a única freguesia, nestes últimos anos, que tem permitido, não havendo esse acordo coletivo, que os trabalhadores entrem no horário de verão 2,3 meses por ano. E o sindicato propõe, e eu estive a dar uma vista de olhos, não vi a totalidade, não vi aquele conjunto de alterações que são propostos. Não vi, sou sincero, não me vou pronunciar sobre eles. Alguém se há de ter que pronunciar. Quem ganhar as eleições que se pronuncie, porque eu não tenho legitimidade. Eu não me sinto com legitimidade, a 3 meses das eleições, de ir negociar uma alteração ao contrato coletivo das autarquias locais com o STAL. É só. Por uma questão de respeito, mais tarde, por quem vai vencer as eleições.

Mas a questão que eu queria, para terminar. Nós sempre temos permitido que os trabalhadores entrem em horário de verão ou 2 ou 3 meses, não havendo essa responsabilidade nesse compromisso contratual com os sindicatos, e já demos várias semanas e dias de trabalho, e saem mais cedo cada vez que está calor, que foi o caso de hoje e de ontem. Pontualmente, é sempre autorizado. Eu tenho a minha consciência tranquila e tenho dos trabalhadores, já não vou dizer colaboradores, porque isto é uma palavra que eu tenho já há muitos anos, e lamento estar a utilizá-la, dos trabalhadores da autarquia de Alhos Vedros, tem este feedback da parte deles, que nós sempre lhes demos o melhor que podíamos e aquilo que ia ao interesse e o reconhecimento do mérito deles, do trabalho que têm desenvolvido em Alhos Vedros. Portanto, eu tenho a minha consciência tranquila. Temos feito o melhor possível por eles. Obrigado.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Muito rapidamente. Eu gosto muito desta, quando se quer fugir com o rabo à seringa, dizer que não há legitimidade, mas nós hoje estamos aqui para designar júris para um concurso de cargos dirigentes intermédios na Câmara Municipal para os próximos anos. Estamos aqui também para votar e para apreciar uma hasta pública para a concessão de um quiosque municipal. Estamos aqui para apreciar e para votar a cedência temporária de espaços municipais durante 15 anos. Portanto, não temos legitimidade para fazer o nosso papel? Temos. Enquanto continuar o nosso mandato temos toda a legitimidade.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **reprovada** por **maioria** com doze votos a favor, sendo dez da CDU, dois do BE; dezasseis votos contra, sendo treze do PS, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes; duas abstenções do PS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Grupo Municipal da CDU proferida pela Deputada Tânia Ribeiro

“A forma como o Partido Socialista vota esta saudação não nos surpreende, pelo contrário, confirma um padrão que todos reconhecemos. Assistimos a tentativas sucessivas de silenciar, isolar e condicionar trabalhadores que se organizam no seu sindicato de classe. É do conhecimento público o ataque sistemático à imagem de dirigentes e delegados sindicais do STAL, com o objetivo claro de enfraquecer a luta organizada dos trabalhadores. Lembremo-nos, por exemplo, das declarações políticas feitas neste próprio órgão, com alusões diretas à dirigente nacional do STAL, trabalhadora deste município, caluniada com falsas acusações de incumprimento das suas obrigações. Um ataque vergonhoso à pessoa e ao sindicato que representa.

Mais recentemente, também aqui nesta sala, ouvimos inverdades sobre a presença dos trabalhadores à frente da Câmara Municipal da Moita, trabalhadores que, de forma legítima, exigiam melhores condições de trabalho, o fim da concentração num espaço sem condições e defendiam o seu direito à atividade sindical. Uma ação legítima, no entanto, as mentiras proferidas neste órgão não mereceram qualquer repúdio, nem da bancada do partido do Partido Socialista, e sejamos claros, nem das restantes bancadas. Mesmo quando confrontados com a verdade, optaram pelo silêncio, pela omissão, pela cumplicidade. Isto não é ser independente. Também não é ser independente quem permite, ou promove, a retirada de material de divulgação do STAL nos locais de trabalho, ou quem tenta impedir os trabalhadores de participar em plenários sindicais. Isto tem outro nome, repressão à atividade sindical.

Por tudo isto, quero dizer com toda a clareza, que o sindicato verdadeiramente independente, não pergunta a nenhum trabalhador qual é o seu cartão de filiação partidária. Não seleciona, não exclui, muito menos alimenta campanhas de desfiliação de outros sindicatos. O que o STAL faz há 50 anos é estar ao lado de todos os trabalhadores. Sempre. Independentemente das suas opiniões políticas, crenças religiosas, relações pessoais ou familiares. Desde que lutem por condições dignas, salários justos e respeito pelo trabalho. É talvez isto que incomoda, que chateia, que aborrece. A força, a coragem e a clareza com que os trabalhadores se organizam e se fazem ouvir. O STAL não se cala, não trai, luta. É por isso que esta saudação que aqui trouxemos, sim, com orgulho, é um ato de memória, de coerência, de coragem, porque há quem desista, há quem se esconda e há quem continue a lutar.”

Declaração de voto do Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

“Os sindicatos, efetivamente, querem-se independentes e só dessa forma defendem verdadeiramente os interesses dos trabalhadores. No entanto, o que me levou a votar contra esta saudação foi o fato de verificar que isto aqui ao nível da Moita com este sindicato não se passa. A nível nacional não conheço, portanto, não sei se é assim se não é, mas aqui sei como é. Conheço bem, até porque estou cá também há muitos anos e conheço bem a casa.

Quando uma força política tinha como slogan “leva a luta até ao voto”, este sindicato disse aos seus associados “leva a luta ao voto” e, no mesmo panfleto, pede que “penalizem os partidos PS, PSD e CDS”. Se isto é um sindicato independente eu vou ali e já venho. Obrigado.

Declaração de voto do Deputado Humberto Rosa do Grupo Municipal do PS

“A minha questão aqui tem a ver com o seguinte, toda a gente sabe que as avaliações de desempenho são sempre subjetivas. O meu problema aqui...”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Desculpe, isso não é declaração de voto. Não se cinge ao ponto. Peço desculpa.”

Declaração de voto do Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS

“A declaração de voto é muito breve. Nós não cantamos os parabéns a ninguém com antecedência de dois meses e picos. Muito obrigado.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.2.

Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

«Sr. Presidente, agradeço a sua amabilidade em não ter lido o que estava aí. Naturalmente, é o nosso desejo, mas não é para já. Então, vou passa a ler a nossa moção.

“Moção

Pelo Reconhecimento do Estado da Palestina – Aprovada por Unanimidade

Cresce em todo o mundo a indignação pelos crimes cometidos por Israel contra o povo palestino, intensificado nas últimas semanas: o massacre de crianças pelas bombas e pela fome; o desaparecimento de famílias inteiras; a destruição de hospitais, escolas, abrigos, centros de distribuição alimentar, bairros residenciais e acampamentos; o assassinato de médicos e enfermeiros, jornalistas e trabalhadores humanitários.

Na Faixa de Gaza, alvo de bombardeamentos incessantes, cerca de 90% dos 2,3 milhões de habitantes foram obrigados a deslocar-se, muitos mais de uma vez. Gaza conta agora o maior grupo de crianças amputadas da história moderna.

Na Cisjordânia avança uma nova Gaza: ataques diários de colonos protegidos por soldados, aumento constante dos colonatos, bombardeamentos aéreos, ocupação de campos de refugiados por militares e tanques israelitas, mais de 1.000 mortos nos últimos 18 meses, 40.000 expulsos das suas terras, na maior onda de deslocamentos forçados desde a guerra de 1967.

Em novembro de 1947, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprova a resolução 181, prevendo a partilha da Palestina entre um Estado árabe e um Estado judeu, sendo atribuído a Israel 55% do território da Palestina. Os sionistas aprovam o plano, que lhes é muito favorável, mas querem a terra "limpa" de palestinos. A limpeza étnica começou de imediato e, após a guerra de 1948, Israel passou a dominar 78% do território, deixando para trás um rasto de destruição que resultou em 15.000 palestinos mortos, 531 aldeias destruídas, 11 cidades esvaziadas e 750.000 pessoas expulsas que se refugiaram na Faixa de Gaza, Jordânia, Síria e Líbano.

A guerra de 1967 resultou na ocupação da totalidade da Palestina (incluindo Jerusalém Oriental, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza) mas também da Península do Sinai (devolvida ao Egito após o acordo de paz de 1979), e dos Montes Golã sírios, que Israel ainda ocupa.

É urgente que se solucione a questão de fundo, criando o Estado da Palestina, determinado pela ONU há décadas, mas nunca concretizado dada a política de ocupação, colonização e agressão por parte de Israel - um Estado da Palestina independente, onde seja o povo palestino a decidir soberanamente do seu destino.

É urgente que o Governo português ponha fim ao seu silêncio perante o brutal desrespeito dos direitos humanos e do direito internacional por parte de Israel, e que de forma firme e clara exija o fim imediato do genocídio e o respeito do direito de regresso dos refugiados palestinos conforme determinam as

resoluções da ONU, assim como pelo desmantelamento dos colonatos, o fim dos bloqueios e a libertação dos detidos.

Atualmente, 146 Estados já reconheceram o Estado da Palestina (mais de 70% dos Estados-membros da ONU), sendo que 11 dos quais são países que integram a União Europeia.

O reconhecimento do Estado da Palestina é uma decisão soberana da exclusiva competência do Estado português. No respeito pela Constituição da República Portuguesa, Portugal já devia ter reconhecido o Estado da Palestina, cumprindo o determinado no seu artigo 7º, onde se refere que nas suas relações internacionais, o Estado português se orienta, entre outros, pelos princípios do respeito pelos direitos dos povos, designadamente à autodeterminação, à independência e ao desenvolvimento.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 27 de junho de 2025, delibera:

- 1) Apelar ao Governo português para o rápido e urgente reconhecimento do Estado da Palestina, nas fronteiras anteriores a 1967 e com capital em Jerusalém Oriental, conforme determinado pelas resoluções adotadas pela ONU;
- 2) Apelar ao Governo português que assuma essa posição no âmbito da ONU e noutras instâncias em que está presente;
- 3) Desenvolver no Concelho da Moita iniciativas pelo reconhecimento do Estado da Palestina, em concertação com iniciativas populares, do movimento associativo ou outros.

Esta Moção, após aprovação, deverá ser enviada ao Primeiro-Ministro, ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, aos grupos parlamentares representados na Assembleia da República, e divulgada nos sítios habituais.”»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS

“Eu gostaria de perguntar ao proponente da moção onde é que ela foi aprovada por unanimidade.”

Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

“Esta moção foi já submetida também na Assembleia de Freguesia da Moita e foi aprovada por unanimidade, daí que eu tenha, logo no início, senhor Daniel pedido ao senhor Presidente, e agradecido a amabilidade de não ter referido. Naturalmente que é isso que a CDU deseja, mas não deveria cá estar com certeza. Muito obrigada pela sua pergunta.”

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

«Eu peço desculpa, mas queria aqui uma explicação em relação a uma expressão que aqui é utilizada: “Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 27 de junho de 2025, delibera:”, e no ponto 3 - “Desenvolver no Concelho da Moita iniciativas pelo reconhecimento do Estado da Palestina”. Eu não vejo a esta Assembleia Municipal capacidade ou legitimidade de desenvolver no concelho da Moita este tipo de iniciativas. Que tipo de iniciativas é que seriam? Que tipo de capacidade ou de legitimidade é que tem para desenvolver, ainda por cima com um movimento associativo que é apartidário, e ele próprio têm a sua autonomia de desenvolver as suas iniciativas populares?

É só um pedido de explicação. Eu acho que fazia mais sentido, no meu entender, e peço desculpa por estar a apresentar esta sugestão, “apoiar no concelho da Moita”. Isto coloca à vossa consideração. Obrigado.”

Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

“Sim, obrigada pela questão. Legitimidade todos temos, não é, porque é uma questão muito, muito problemática, é um genocídio que está em curso, portanto, imagine promover um debate a informar as pessoas, por exemplo, na Assembleia. A Assembleia já promoveu debates, pode promover essas iniciativas. A Assembleia Municipal da Moita já promoveu debates em várias vertentes, sobre a água, sobre o ambiente, sobre o movimento associativo, o aeroporto, etc.. Obrigada.”

Deputado Pedro Mateus do Grupo Municipal do PS

“Dizer que na moção falta aqui uma referência clara ao despoletar de tudo isto, que foi no dia 7/10/2023. Não podemos esquecer isso. Morreram nesse dia 1200 israelitas. Foram mortos 1200 israelitas às mãos do Hamas e que fizeram 250 reféns, e que ainda hoje o Hamas tem reféns em seu poder passado estes 18 meses. Acho que fazia sentido aqui uma referência, acho que estamos todos aqui e condenamos também toda esta situação de Israel, é um exagero tremendo, mas acho que fazia sentido haver aqui uma alteração no sentido de podermos acompanhar também esta moção no sentido positivo, e fazia sentido pôr aqui uma referência a esse massacre que aconteceu no dia 7/10/2023.

Deixava à consideração do proponente essa situação, e eu acho que o ponto 3 também não fazia sentido. Sinceramente, acho que não faz sentido, mas faltava aqui uma referência clara a esse dia, porque esse dia também foi um marco e acho que as vidas têm todas o mesmo valor, seja de um lado, seja do outro, e não podemos ser seletivos nos textos e escolher aquilo que nos dá jeito e aquilo que politicamente nos interessa. Muito obrigado.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Eu acho extraordinário como é que vem colocar aqui estas questões, num momento em que morreram mais de 40000 palestinianos, muitos deles crianças, que foi mais um massacre na continuidade. Desde a criação de Israel, que tem havido uma continuidade de massacres sobre a população israelita e palestinianiana, porque os palestinianos também são israelitas. Atenção, neste momento, palestinianos e israelitas têm apenas uma nacionalidade e não devia ser, deviam ser dois Estados. Portanto, o que nós defendemos aqui é a solução de dois Estados, é aquilo que está acordado nas Nações Unidas, é aquilo que não tem estado a acontecer, e o que está a acontecer tem sido, basta ver os mapas de ocupação do território de Israel, basta ver a expansão que há do território de Israel para cima de territórios que são palestinianos.

Tudo o que aqui tem sido dito pelos deputados do PS, parece-nos a nós totalmente incompreensível, tendo em conta até que esta moção já foi aprovada por deputados do PS na Assembleia de Freguesia da Moita. Naturalmente que a Assembleia Municipal tem toda a legitimidade, tem toda a capacidade para promover um conjunto de iniciativas, que só não propõe por que não quis, mas tem. Nós fizemos um debate sobre o aeroporto, nós fizemos a Assembleia Municipal Jovem, porque é que o Tema da próxima Assembleia Municipal Jovem não pode ser um Tema relacionado com a defesa dos direitos humanos, sobre a paz, que lá está, imediatamente, esta questão da Palestina. Portanto, não acompanhamos estas sugestões do PS porque acho que vem desvirtuar o tema central desta moção que é, exatamente, o reconhecimento da Palestina como Estado independente.”

Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS

«Quando eu começo a ler esta moção, até ao primeiro parágrafo eu até pensei “mas isto é na Ucrânia, é o que se está a passar na Ucrânia. É o que está a passar na Ucrânia...”

Neste momento, perante interrupção por parte do senhor do senhor Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU de que “este não é o tema que estamos aqui a falar”, perguntou ao Presidente da Mesa se podia continuar a sua intervenção.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“O senhor deputado tem o direito à palavra dele. Vamos lá respeitar.”

Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS

“Eu gosto muito de música, mas sou eu que seleciono a minha música. Portanto, até ao primeiro parágrafo, eu volto a repetir porque não se ouviu, talvez derivado à música, o primeiro parágrafo lembra-me a Ucrânia, sinceramente. Milhares e milhares de pessoas que também morreram, e continuam a morrer, e os senhores da CDU ainda não condenaram o ataque à Ucrânia. Ainda não condenaram.”

Neste momento, perante afirmação por parte do senhor Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU, sem recurso a microfone, que era mentira, interveio:

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Deixem o senhor Deputado falar.”

Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS

«Eu sei que custa ouvir a realidade, eu sei que custa ouvir a verdade. Os senhores apresentem a proposta onde isso consta, em como os senhores condenaram o ataque da Rússia à Ucrânia. Agora, esta moção deveria começar assim: “Tudo começou com o atentado terrorista do Hamas e a morte de jovens e reféns que fizeram”, a partir daí “cresce em todo o mundo a indignação”, etc., etc., etc.. Portanto, assim é que deveria começar esta moção, mas é a moção da CDU, a nossa não começa assim, e como tal, como não começa assim, nós não podemos estar de acordo com esta moção, infelizmente, porque a CDU só vê por um lado, a CDU tem a cara feijão frade, porque de um lado a guerra é justa para os senhores, mas por outro lado é uma guerra injusta. Só que é de lamentar, porque todas as guerras são injustas, porque todas elas só têm uma finalidade, é matar, matar, matar inocentes, seja na Ucrânia, seja na Palestina, seja em Israel.

É isto que é uma guerra e eu sei isso perfeitamente porque, infelizmente, estive numa e sei o que é uma guerra. Precisamente por isso é que são todas iguais. Não há diferentes. Uma guerra não tem diferenças. Uma guerra só tem uma finalidade, é matar, matar, matar, seja onde for, e como tal, como está aqui, que não se diz como começou, não, há sempre um começo, numa guerra há sempre um começo, alguém que começa para que ela se desencadeie. É isso que é uma guerra, e como tal, como está aqui, eu não votarei favoravelmente. Infelizmente, não votarei favoravelmente, se tiver essa alteração, com certeza que votarei, agora como ela está, sinceramente, eu não voto. Tenho dito.”

Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias

“Realmente todas as guerras são de lamentar porque, de facto, traz bastantes prejuízos, não só a nível humano, que é o mais importante, a perda de vidas, mas também as próprias vilas e cidades que muitas vezes são destruídas e, de facto, é muito difícil depois construir não é? Destruir é sempre muito mais fácil. Mas, de facto, nós estamos aqui para falar sobre o reconhecimento do Estado da Palestina, e se nós formos falar de como começou, e isto não começou ontem, não começou há um ano, já acontece há muito tempo, portanto, eu irei votar a favor desta moção porque acho que é muito importante. Nós, enquanto portugueses, conhecemos bem a história sobre esta situação que afeta, obviamente, o mundo inteiro, todas as guerras afetam o mundo inteiro a nível, sobretudo, diplomático e muitas das vezes as coisas não se resolvem muito mais por política internacional, ou até diplomacia a mais. De facto, e eu também gosto muito de ser coerente, e quando era deputada à Assembleia da República também votei a favor de uma moção proposta pela CDU, precisamente pelo reconhecimento do Estado da Palestina.

De facto, aqui falou-se da questão de desenvolver iniciativas que falem precisamente sobre isto, eu até diria que devíamos ir mais longe e não só falar sobre esta questão do reconhecimento do Estado da Palestina, mas também outras questões que acontecem no mundo e que, muitas vezes, são completamente alheias às pessoas, as pessoas não se apercebem, e de facto isto tudo implica na nossa vida diária, implica muitas das vezes nas políticas externas, e eu acho que é muito importante e que, de facto, a assembleia municipal, esta já falta muito pouco para terminar o mandato, mas a futura devia-se mesmo empenhar nestas matérias sobre direitos humanos, política Internacional, porque, de facto, afeta todos nós, portanto, aqui fica a minha intenção de voto.”

Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE

“Eu só queria dizer que mesmo antes de sair de casa, no noticiário das oito da noite, António Guterres dizia que os funcionários da ONU estão, neste momento, a passar fome, estão com fome. Era um apelo do Secretário-Geral da ONU, portanto, era só isto que eu queria repetir. Hoje, no noticiário das oito da noite. Também disseram que 62 pessoas tinham sido mortas, naquela situação em que dizem que vão oferecer comida, as pessoas deslocam-se para lá e aquilo, neste momento, está a funcionar exatamente com uma armadilha. Mais 62 vítimas hoje, portanto, eu não sei o que é que falta para as pessoas tomarem consciência de que estamos a viver um momento gravíssimo na história da humanidade, em que um genocídio está a decorrer à nossa frente, e praticamente vejo pessoas que se dizem de esquerda, que defendem os direitos humanos, a tomarem posições desta ordem.

Peço desculpa, mas isto ultrapassa tudo aquilo que é humano. Tenho dito.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, no uso da palavra pelo Grupo Municipal do PS

“Aquilo que eu queria dizer era pedir à bancada do PS que votasse favoravelmente esta proposta. Fizeram as críticas, e muito bem, mas nós sim não temos dualidade de critérios. Temos apoiado a Ucrânia, a guerra na Ucrânia, o fim dessa guerra e temos que estar também pelo fim desta, mesmo com as incorreções, com as visões inclinadas que outros possam ter. Nós somos diferentes e nós temos que dar o exemplo disso.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria** com vinte e seis votos a favor, sendo onze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes; quatro abstenções do PS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

“Gostava muito de ter votado favoravelmente o que foi apresentado, no entanto, não sou hipócrita. E, como tal, para mim não há pessoas de primeira nem de segunda, não há cidadãos no mundo de primeira e de segunda, não há cidadãos que sofrem mais ou menos que outros em função das guerras. As guerras são todas iguais e não posso aceitar, de forma nenhuma, que se veja, como às vezes se diz no desporto, que há árbitros que só vêm com um olho, porque estas pessoas que estão preocupadas, e bem, com o que se está a passar na Palestina, deviam preocupar-se também com o que se está a passar na Ucrânia. Deviam preocupar-se e deviam pensar o que é que sentem, neste momento, os familiares dos reféns, e nem uma palavra em relação a essas pessoas, e também são gente, também são humanos. Também são humanos. Pois. A vocês ficava-lhes muito bem incluir todas as guerras e todos os que estão a sofrer. Ficava-vos bem incluir isso, todos os que estão a sofrer. Não há guerras melhores que outras.”

Declaração de voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado João Figueiredo

“Só para dizer que da parte da CDU, realmente, todas as guerras são iguais. As guerras só provocam morte, só provocam destruição e por isso é que nós, em relação a esta guerra em particular, queremos a solução que nos parece, e parece à comunidade internacional, dado a votação que houve nas Nações Unidas, que é a melhor solução para parar com aquela guerra, e é por isso que apresentámos esta moção, mas somos contra todas as guerras e gostamos que nas nossas moções esteja lá tudo explicadinho. Tudo bem explicado, quando é que começaram e o que é que se passou. Nós não temos um olhar enviesado e não nos esquecemos do que se passou antes. A guerra não começou há 2 ou 3 anos, e nós temos que pensar nisto, nesta guerra e em todas as guerras, como é que elas começaram, e o que temos que fazer, todos, é fazer tudo para que elas acabem. Aliás, o que devemos todos fazer para que elas não comecem, esse é que é o principal, mas os senhores resolveram abster-se porque vocês esqueceram o que se passou antes do ataque do Hamas e nós não nos esquecemos do que se passou.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Deputado Municipal Independente Bruno Mendes para proceder à apresentação do documento 2.3.

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Moção

Implementação e fiscalização das alterações ao Código da Estrada – Lei n.º 24/2025, de 12 de março

A Lei n.º 24/2025, de 12 de março, vem introduzir importantes alterações à lei 72/2013 de 3 de setembro, vulgo código da estrada, nomeadamente no que concerne aos artigos 70.º, 71.º e 77.º do mesmo diploma, tendo como objetivo reforçar a segurança rodoviária e adequar a circulação viária às exigências contemporâneas.

Entre as mudanças previstas, encontram-se novos requisitos para circulação em zonas urbanas e normas transitórias para adaptação de infraestruturas e sinalização. O município da Moita, enquanto autoridade local com competências em matéria de circulação urbana e fiscalização, deve assegurar o

pleno cumprimento de algumas destas disposições legais, promovendo uma via pública mais segura para todos os cidadãos, tornando-se fundamental o reflexo imediato desta medida na gestão municipal. São ainda introduzidas alterações, nomeadamente no que se refere ao ordenamento e uso racional do espaço público, com especial atenção à mobilidade suave e veículos de menor impacto urbano, como os motociclos e ciclomotores, sendo facto que estes ocupam menos espaço, libertam menos emissões e contribuem para a fluidez do trânsito urbano.

Esta legislação, ao prever a possibilidade dos municípios definirem percentagens mínimas de lugares reservados a motociclos em zonas de estacionamento público, visa promover a equidade no uso do espaço viário, reduzir a ocupação indevida de passeios e faixas de rodagem, estimular formas de mobilidade menos poluentes e mais ágeis, em linha com as metas de descarbonização e redução de tráfego automóvel.

O concelho da Moita regista um crescimento contínuo da utilização de veículos de duas rodas, particularmente nas freguesias mais urbanizadas como a União de freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, freguesia da Moita ou freguesia de Alhos Vedros, a ausência de espaços adequados para este fim leva frequentemente ao estacionamento irregular de motociclos, sobretudo em zonas comerciais, junto a estações ferroviárias e escolas, a Lei n.º 24/2025, no seu número 3 do artigo 70.º, define que os municípios devem proceder à criação de zonas específicas de estacionamento para motociclos, prevendo uma afetação mínima de 5% do total de lugares disponíveis, sempre que possível, sendo que, segundo o mesmo diploma, estas alterações devem ser implementadas até 31 de dezembro de 2025.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita delibera:

1. Instar a Câmara Municipal da Moita a reservar progressivamente, até ao final de 2025, pelo menos 5% dos lugares de estacionamento públicos em cada freguesia para uso exclusivo de motociclos e ciclomotores, em consonância com o espírito da Lei n.º 24/2025.
2. Promover a sinalização adequada dessas bolsas de estacionamento, garantindo visibilidade e fiscalização eficaz para evitar a sua ocupação por veículos indevidos.
3. Priorizar a criação destas zonas junto a interfaces de transportes, escolas, zonas comerciais e administrativas, onde a pressão de estacionamento é mais acentuada.
4. Incluir esta medida nos instrumentos de planeamento urbano e orçamental de 2026, com dotação financeira própria, e prever a sua expansão progressiva até atingir cobertura equilibrada em todas as freguesias.
5. Incentivar o diálogo com associações de motociclistas locais e comerciantes para garantir a localização mais funcional e segura destas bolsas.
6. Sendo aprovada, deve ainda esta moção ser enviada para todas as juntas de freguesia do concelho da Moita bem como as associações moto clube presentes no concelho.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria** com cinco votos a favor, sendo um do PS, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes; vinte e cinco abstenções, sendo catorze do PS, dez da CDU, uma do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto Grupo Municipal do PS proferida pelo do Deputado Daniel Serpa

“A bancada do Partido Socialista maioritariamente votou na abstenção desta proposta, tendo em conta que a própria lei indica o dia 31 de Dezembro para aplicação desta legislação, e o executivo, como é óbvio, está a trabalhar nesse sentido, e por isso a proposta acaba por ser um pouco extemporânea, tendo em conta a data que está definida na lei.

Declaração de voto do Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Só para deixar aqui bem claro que estas alterações devem ser implementadas até 31/12/2025.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro pretendia intervir neste Período.

Coordenadora da Comissão Permanente de Cultura, Educação, Desporto, Juventude, Cidadania e Igualdade, Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

“Como é do conhecimento dos membros da Assembleia aconteceram aqui algumas intervenções, ou pelo menos uma intervenção, de uma professora da escola secundária da Baixa da Banheira. Foram dadas algumas respostas, ficou algumas dúvidas, e a Comissão Permanente da Educação desta Assembleia solicitou ao senhor Diretor do Agrupamento de Escolas da Baixa da Banheira uma reunião e uma visita à escola, que aconteceu no passado dia 2 de junho.

Nessa reunião que fizemos, e nessa visita, para terem uma ideia, para além de mim, esteve presente os senhores Pedro Mateus, Humberto Rosa, Fátima Dâmaso, João Figueiredo e Carmem Mafra, na realidade, constatamos que a escola tem, tinha na altura, três pavilhões em obras, dois pavilhões que já estavam com obras programadas e um pavilhão que ficou com a sua cobertura parcialmente retirada devido à tempestade Martinho que aconteceu em março, portanto, nós estivemos lá em junho e isso ainda não estava repostos. As obras do pavilhão D e F estavam realmente atrasadas, estas da responsabilidade da DGEST, e tínhamos então o pavilhão F que tinha ficado sem cobertura.

O que o Diretor nos disse é que, na realidade da altura, portanto, no dia 2 de junho, ainda eram dezenas as disciplinas que não estavam a ser lecionadas por falta de salas de aula disponíveis. Depois, o que também pudemos verificar é que no espaço exterior ainda haviam muitas árvores de grande porte que ainda não tinham sido retiradas, verificámos também problemas de acessibilidade quer dentro dos edifícios, quer no espaço exterior da escola, e nesta sequência depois solicitamos, para esclarecimento e o confrontar com todas estas situações, uma reunião com o senhor Vereador António Pereira que, realmente, aconteceu na segunda-feira passada e onde nos foi explicado que, derivado à tempestade Martinho, foram várias as escolas do concelho que sofreram danos, e que não houve a capacidade de chegar a todas as escolas com a urgência que era necessária.

De qualquer maneira, os trabalhos dos pavilhões D e F, estes da responsabilidade da DGEST, já estão, neste momento, em fase de conclusão, do outro pavilhão os trabalhos também já estão bastante adiantados, havendo alguns problemas ainda para resolver. Relativamente à questão da retirada das árvores de grande porte e também da deservagem, portanto, o arranjo dos espaços exteriores, também é um processo que está encaminhado e em fase de andamento e de resolução. E, relativamente às acessibilidades, o senhor Vereador transmitiu na reunião da Comissão que há um plano da Câmara Municipal da Moita para resolver todas estas situações.

Era este o ponto de situação que eu vos queria dar relativamente ao trabalho da Comissão. Muito obrigada.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção deu por concluído o Período Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Moita – Ratificação nominal de representante da CDU

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que a cidadã Maria da Luz Ribeiro, que é a atual representante, na CPCJ, indicada pela CDU, de acordo com as regras que esta Assembleia determinou quanto aos representantes neste organismo, terminou o seu atual mandato na CPCJ.

Solicitado ao Grupo Municipal da CDU indicação quanto à eventual renovação do mandato, veio este assinalar que pretendia a renovação do mandato da cidadã Maria da Luz Ribeiro, e é isso que aqui se propõe.

“O que devemos é elogiar essas pessoas que se dispõem ao serviço da comunidade, porque isto é muito duro, muito difícil. E temos aqui uma deputada que também lá está, que é a nossa Deputada do Bloco de Esquerda. Carmen Mafra, que sabe bem as dificuldades.”

Em seguida, submeteu a ratificação nominal da representante proposta pelo Grupo Municipal da CDU a votação por escrutínio secreto.

Submetida a votação por escrutínio secreto, a **proposta** foi **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

“Na verdade, a minha intervenção era para ser feita antes da votação, passámos logo à votação, e bem, não temos nada contra isso, de maneira que isto não é uma declaração de voto, é apenas um agradecimento a todos os cidadãos que, voluntariamente, participam na CPCJ, indicados pelas diferentes forças políticas, e um agradecimento em particular à senhora Professora Maria da Luz pelo trabalho que tem vindo a desenvolver, pela disponibilidade, pela sensibilidade que esta função exige, e pela competência que também tem demonstrado, e muito nos honra que ela tenha aceite renovar, exatamente, a participação em nome da CDU. E desejo um bom trabalho quer à Professora Maria da Luz, quer também a todos os membros da Comissão.”

Deputada Carmem Mafra do Grupo Municipal do BE

“Eu gostava somente de dizer que a Comissão de Proteção a Crianças e Jovens tem quatro elementos designados pela Assembleia Municipal. Como o senhor Presidente sabe, neste momento, só três pessoas estão designadas porque o elemento que deveria ser designado pelo PSD já não compareça às reuniões desde a pandemia, portanto, já há um largo tempo. Ora, o que é que acontece? Nós não podemos ficar reféns na CCPJ, até por questões de quórum, de que o PSD demore mais tempo a indicar alguém, portanto, eu punha à consideração do senhor Presidente, qual é a posição que a Assembleia Municipal vai tomar para se colmatar esta situação e para passarem a ser, efetivamente, quatro cidadãos designados pela Assembleia Municipal.”

3.2 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Moita – Ratificação nominal de representante do PSD

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que a cidadã Raquel Capucho, que é a atual representante, na CPCJ, indicada pelo PSD, de acordo com as regras que esta Assembleia determinou quanto aos representantes neste organismo, revelou não ter condições pessoais para comparecer às reuniões com esta entidade no seu atual mandato na CPCJ.

Foi solicitado ao Grupo Municipal do PSD a indicação de outro(a) cidadão(ã) eleitor(a) em representação desse Grupo Municipal, com a maior brevidade possível, considerando que a CPCJ da Moita não pode continuar a funcionar com as faltas reiteradas de um elemento indicado por esta Assembleia Municipal, mas o mesmo não deu resposta até ao presente momento, pelo que informou o plenário que seria necessário retirar a proposta.

A **proposta** foi **retirada** por ainda não ter havido indicação de representante por parte do Grupo Municipal do PSD.

3.3 - Designação dos Júris dos procedimentos concursais com vista ao provimento de cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º graus

A proposta infra foi aprovada por maioria, com cinco votos, sendo quatro do PS e um do vereador Independente; quatro abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 14/05/2025:

“A Câmara Municipal da Moita, em reunião de 21 de abril de 2022 e a Assembleia Municipal em sessão de 29 de abril de 2022, aprovaram o Regulamento de Organização dos Serviços do Município da Moita, Estrutura Orgânica Nuclear e Flexível, publicado na 2.ª série do Diário da República, a 18 de maio de 2022, Aviso n.º 10017/2022, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares e flexíveis do Município.

A Lei n.º 49/2012, de 29 agosto, que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, introduziu alterações no recrutamento dos cargos dirigentes, nomeadamente no que concerne à forma de designação e composição do Júri.

Nos seus termos, o júri do recrutamento, é composto por um presidente e dois vogais e é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com o preceituado no n.º 1 do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

O presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, e os vogais são designados de entre personalidades de reconhecimento mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica, de acordo com o determinado nos n.ºs 2 e 3 do supracitado artigo,

Foram autorizados pela proposta n.º 09/XIII/2025, presente à reunião de câmara de 08 de janeiro de 2025, a abertura de procedimentos concursais para recrutamento de cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º graus, tornando-se agora necessário proceder à designação dos respetivos júris.

Assim propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo e nos termos do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, proponha à Assembleia Municipal a designação dos júris para os procedimentos concursais para recrutamento de cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º graus, mediante o disposto no mapa que se anexa à presente proposta, dela fazendo parte integrante.

Anexo: Mapa de designação de Júris dos procedimentos concursais para provimento dos cargos dirigentes da Câmara Municipal da Moita.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Não tendo muito mais a acrescentar do que aquilo que foi dito na Câmara Municipal, decorre da legislação em vigor, é necessário, neste caso, haver um concurso para que essas pessoas, essas ou outras, possam continuar em funções, tem que se abrir um período concursal. Esperemos que decorra com toda a normalidade, que as pessoas concorram e que o júri faça e desempenhe o seu trabalho conforme previsto no nosso regulamento e na nossa legislação. Nada mais tenho a dizer sobre isso.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Eu gostaria só de deixar aqui o desagrado da CDU por apenas a três meses das eleições é que este procedimento acontece. Este procedimento devia ter acontecido no primeiro ano de mandato, pelo menos. O que está aqui a acontecer é este executivo a condicionar o executivo que virá a seguir, seja ele qual for. Estiveram com os dirigentes em regime de substituição durante quatro anos, e isto não é a forma mais adequada de se gerir uma autarquia, portanto, nós iremos tomar a nossa posição, mas queremos deixar isto claro, que não é assim que se gere, nem me parece que esteja perfeitamente enquadrado no espírito da lei.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia dizer alguma coisa.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Esta intervenção não me merece qualquer tipo de comentário.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

“Não é propriamente para merecer qualquer comentário, a minha intervenção é apenas para fazer um pequeno registo, porque o documento evidencia bem que não sendo nenhuma situação, atenção, sublinho, não sendo nenhuma situação de irregularidade ou de ilegalidade, nem sempre membros do executivo municipal fazem parte deste tipo de júris, muitas das vezes são outros dirigentes da própria casa que fazem, mas não há nada na lei que impeça o executivo municipal de ser presidente do júri para um cargo dirigente, embora, penso eu, que se expõe a alguma crítica, a algum comentário porque “à mulher de César” costuma-se dizer, não basta ser séria, também é preciso parece-lo.

Também coloco a questão, porque estamos em ano de eleições, o executivo municipal não tem garantias, o povo vai a votos, o povo é soberano, o povo vai decidir, e este júri que estamos aqui a votar pode, na verdade, não vir a desenvolver nenhum destes procedimentos concursais. Apenas estes dois reparos.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria** com dezasseis votos a favor, sendo treze do PS, dois do BE, um do PSD; catorze abstenções, sendo duas do PS, dez da CDU, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto não tendo sido manifestada qualquer intenção.

3.4 - Lançamento de uma hasta pública para concessão do uso privativo de quiosque municipal, destinado a estabelecimento de restauração e bebidas com áreas de esplanada sito no Parque Municipal da Moita

A proposta infra foi aprovada por maioria, com cinco votos, sendo quatro do PS e um do vereador Independente; quatro votos contra da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 25/06/2025:

“Considerando que:

- a) Ao Município da Moita compete, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, assegurar a gestão da ocupação e utilização do espaço público, incluindo os espaços verdes de utilização coletiva;
- b) Compete à Câmara Municipal, enquanto órgão executivo do Município, nos termos do artigo 33.º do mesmo diploma, promover as ações necessárias à valorização, requalificação e dinamização dos equipamentos e espaços municipais, fomentando o seu uso adequado e potenciando a vivência saudável e o lazer da população;
- c) O Município da Moita é proprietário de um quiosque, localizado no Parque Municipal da Moita, na freguesia da Moita, destinado ao exercício da atividade de restauração e bebidas, incluindo áreas de esplanada;
- d) No âmbito da sua função de gestão e dinamização do espaço público, pretende o Município da Moita proceder à atribuição da exploração do referido quiosque para o exercício da atividade de restauração e bebidas;

- e) A concessão de exploração do equipamento municipal em apreço deverá ser precedida de procedimento aberto à concorrência, que assegure a transparência, a imparcialidade, a igualdade de oportunidades e a valorização da propriedade municipal;
- f) A hasta pública, enquanto modalidade de procedimento que permite a licitação pública concorrencial, reveste-se como o meio mais eficaz para alcançar objetivos acima delineados, cabendo ao Município fixar um valor base de licitação e deixando ao mercado o ajustamento do valor final, em função da viabilidade económica e interesse na exploração do quiosque;
- g) O procedimento de Hasta Pública, constituídas pelo Programa e Caderno de Encargos, deverá observar todas as exigências e regulamentares em vigor, designadamente no que respeita à publicidade, acessibilidade e disponibilização de peças procedimentais, garantindo assim o acesso equitativo e informativo por parte dos eventuais interessados;
- h) O valor base de licitação é fixado no montante de 500,00€ (quinhentos euros) correspondente à contraprestação pecuniária mínima mensal (renda) a auferir pelo Município pela concessão do uso privativo do referido quiosque;
- i) Valor da renda mensal definitiva será determinado no ato público de licitação, mediante lanços obrigatoriamente superiores ao valor base, com incrementos mínimos fixados em 100€ (cem euros) por lanço;
- j) A título de garantia do cumprimento das obrigações contratuais, será exigida a prestação de caução no montante equivalente a quatro meses da contrapartida pecuniária mensal fixada (renda) no decurso do procedimento;
- k) A celebração do contrato de concessão está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das alíneas i) e p) do n.º 1 artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competindo a este órgão a fixação das respetivas condições gerais.

Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal da Moita delibere:

1. Submeter à Assembleia Municipal proposta para a **autorização do lançamento de Hasta Pública** com vista à Concessão do uso privativo de quiosque municipal, destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, com esplanada, sito no Parque Municipal da Moita;
2. **Aprovar o Programa do Procedimento** da Hasta pública, nos termos da minuta anexa (Anexo I);
3. **Aprovar o Caderno de Encargos**, respeitante à concessão a licitar, nos termos da minuta anexa (Anexo II);
4. **Fixar o valor base de licitação** em 500€ (quinhentos euros) mensais, conforme previsto na alínea h) dos considerandos supra;
5. **Aprovar a constituição da Comissão da Hasta Pública**, com a seguinte composição:
 - Presidente da Comissão:**
 - Maria da Conceição Grave Ribeiro
(Diretora do Departamento de Administração Geral)
 - Vogais efetivos:**
 - Lígia Vasquez
(Chefe da Divisão de Estratégia)
 - Hélio José Galvão do Nascimento Nunes
(Técnico Superior do Departamento de Administração Geral)
 - Vogais suplentes:**
 - Esmeralda Baúto
(Técnica Superior da Divisão de Obras Estudos e Projetos)
 - Ana Margarida Dores Cordas
(Técnica Superior do Serviço de Património)
6. **Delegar na Comissão da Hasta pública os poderes necessários à condução integral do procedimento**, nos termos definidos no respetivo Programa, incluindo, designadamente:
 - a. A prestação de esclarecimentos, por sua iniciativa ou mediante a solicitação dos interessados;
 - b. A prorrogação dos prazos para apresentação de candidaturas, sempre que devidamente justificado, e no respeito pelo princípio da igualdade entre concorrentes;

- c. A adequação de regras e procedimentos de licitação, sempre que necessário à boa condução do procedimento, em obediência aos princípios da legalidade, da transparência e da prossecução do interesse público;
- d. A promoção da adjudicação provisória e a formulação da proposta de adjudicação definitiva, nos termos legal e procedimentalmente estabelecidos.

7. **Delegar no Senhor Presidente da Câmara Municipal os poderes para a prática do ato de adjudicação definitiva do procedimento** de Hasta Pública, bem como para a prática de todos os atos subsequentes, incluindo os preparatórios e executórios, até à outorga do contrato de concessão, em representação do Município da Moita.

Anexos:

- Informação Proposta nº 217_2025
- Programa de Hasta Pública e respetivos anexos
- Caderno de encargos e respetivos anexos”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Neste aspeto, a Câmara quis, e quer, obter aquele que é o melhor resultado e defender os interesses da Câmara Municipal, mas também pôr um equipamento ao serviço da população. É esse o seu objetivo último, é que a população possa ter esse mesmo serviço. Verificámos, e como nos concursos públicos em que pretendemos executar obra, pretendemos ter os menores custos possíveis, quando é equipamento nosso que colocamos no mercado, seja para arrendar, e neste caso para arrendar para comércio, não estamos a falar de habitação, é comércio, pretendemos obter para a Câmara Municipal o ganho que consideramos ser justo. Fizemos uma prospeção de mercado, pareceu-nos que era a correta, lançámos a hasta pública, ficou deserta. Fazemos aqui, ao contrário do que fazemos quando é nos concursos públicos para as obras, que é aumentar o preço, aqui o que fazemos é alterar as condições.

As condições iniciais pediam, logo à cabeça, 25000 euros, o que muitas das pessoas que nos contactaram disseram ser penalizador, uma vez que a casa, como se costuma assim dizer, o comércio ainda não está estabelecido e não tem clientes fixos, por isso não se pode comparar com aquilo que seria um trespasse de um café para outro, ou de um estabelecimento para outro, e então aqui decidimos rever e colocámos quatro rendas de caução, mantendo o valor da renda, exatamente, igual àquilo que ia inicialmente na proposta anterior, sendo que depois aqui ganha quem der o valor de renda mais alto. É a alteração que fizemos e esperamos que assim haja interessados e que o equipamento possa abrir o mais rapidamente possível ao público, porque é uma necessidade e todos querem aquele quiosque ali no parque. É desejado por todos, não só ali como também noutros pontos do concelho e assim pretendemos fazê-lo. Disse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

“A questão aqui que se coloca não é tanto haver uma maior facilidade e alteração dos valores da renda que tinha estado em hasta pública. Aqui, a questão que se coloca é mesmo o modelo de opção que é optado pelo município para dinamizar aquele espaço. Podia beneficiar, nomeadamente, o espaço onde se insere o quiosque, que é o parque municipal da Moita. Pensamos que não é necessariamente pela existência do quiosque que se faz a dinamização do espaço. A dinamização do parque faz-se com um conjunto de atividades que o município tem obrigação de promover, atividades lúdicas, atividades culturais, que se mantenham ao longo do ano, que se mantenham de forma permanente, e isto sim leva pessoas ao parque, leva pessoas a ver, de facto, alguma dinâmica e alguma frequência, e sim, também criar condições para que o quiosque possa ser potencializado. Agora, o quiosque, por si só, achamos nós que não vai resolver nem o problema financeiro da autarquia, nem dinamizar espaço nenhum, é apenas mais um espaço de restauração e bebidas.”

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

“O CROAE incomodava o culto dos familiares dos falecidos, afinal não incomoda ninguém, não se ouve nada, porque existem condições que não existiam no passado, no canil que havia para aqui. Os cães coitaditos, os grandes mordiam os mais pequenos e aí era um desassossego. As oficinas da Junta também incomodavam, porque incomodavam os moradores, não incomodam ninguém, os moradores estão longe. As antigas é que estão junto às casas, mas mesmo assim também não incomodam ninguém. A segunda via do Matão era porque iam ter trânsito até ao Chão Duro, afinal o trânsito desapareceu na Moita. E o quiosque do parque, para quem conhece o parque, e eu conheço o parque, porque eu vou ao parque todos os dias e não vejo lá muitos daqueles que falou aqui hoje contra o quiosque, aliás, não vejo nenhum, mas eu vou lá todos os dias, várias vezes por dia, o quiosque é uma mais valia, o quiosque vai servir as pessoas, as pessoas que gostam vão querer ter ali o quiosque, acrescenta segurança.

E, parabemiza a Câmara por ter decidido criar ali aquele espaço, porque as pessoas agradecem, aqueles que estão lá todos os dias agradecem, e é uma mais-valia para o espaço. Como tal parabéns e continuem assim, a fazer coisas novas, a fazer aquilo que era preciso fazer, porque o interesse aqui é servir a população.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Só para parametrizar aqui algumas coisas. O senhor Presidente da Câmara disse que há interesse, que havia interesse, que havia interesse, mas não apareceu ninguém, portanto, a hasta ficou vazia. O que nós achamos, já o dissemos que não nos opomos, ao contrário daquilo que o senhor João Soeiro normalmente distorce, ou gosta de distorcer tudo aquilo que a gente diz, que tem a sua maneira de falar, e deixe estar, não há problema nenhum, nós percebemos que gosta, e não é o único nessa bancada, infelizmente, distorce aquilo que a gente diz constantemente. Em relação ao parque, eu infelizmente não posso ir lá todos os dias porque estou a trabalhar, e aqui há mais gente que trabalha e que não pode ir lá. Mas, em relação ao quiosque, nós não nos revemos no modelo que lá está implantado, achamos que o quiosque, o próprio quiosque é algo que não valoriza o parque, pelo contrário. O quiosque podia estar noutra sítio e não ser o quiosque do parque, mas ser um quiosque no parque, o que é completamente diferente, e o que nós defendemos...”

Neste momento, perante interrupção por parte da Vereadora Sara Silva (sem recurso a microfone):

“Ó senhora vereadora por favor. Está aqui no “nheca nheca”, está aqui a interromper o raciocínio, é o “nheca nheca”. É o senhor e é ali daquele lado. também há sempre muito “nheca nheca”, são muito parecidos nesse aspeto.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Vamos lá a não entrar em diálogo. Queira concluir, se faz favor, senhor Deputado.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Eu vou tentar, senhor Presidente, se me deixarem, se houver esse respeito eu vou tentar.

O que nós defendemos é um outro tipo de gestão nesta autarquia, e uma vez que não houve interesse da parte de privados, o que nós achamos é que o município não avaliou claramente as condições de mercado e por isso é que a hasta ficou vazia, e nós achamos que nestas condições há a possibilidade do município assumir ele próprio esta gestão do quiosque, e com essa gestão fazer o tal tipo de animação do parque que o meu camarada João Faim acabou de referir.”

Deputado Humberto Rosa do Grupo Municipal do PS

“Eu venho louvar a atitude da Câmara em criar o quiosque, aquele espaço. A meu ver estava a fazer falta aquele lugar, espero que se consiga arranjar quem queira geri-lo. No meu ponto de vista, não me parece que seja o papel autarquia a gerir no espaço, acho que não sentido, e estou convencido que se ele começar a funcionar vai servir a população que, diariamente, se desloca ao parque. Vai ser um espaço onde as pessoas podem tomar um café ou beber uma cerveja, porque aquele lugar é muito procurado pelos familiares que levam lá as suas crianças.”

Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS

“Eu penso que a criação do quiosque vai ser um bom apoio para quem frequenta o parque. Aquilo está muito vazio e com o quiosque será muito diferente. Quem quer uma garrafinha de água, uma imperialzinha, um pastel de nata, um queque, terá sempre algo de apoio a quem frequenta o parque.

A CDU teve 47 anos para criar o seu quiosque, não o criou, talvez não gosto de quiosques mas o PS criou um quiosque, portanto, eu saúdo o executivo pela criação do quiosque e condeno a CDU porque em 47 anos não conseguiu um quiosque, não conseguiu o seu quiosque. Era apenas isto senhor Presidente. Tenho dito, mais uma vez com música de fundo.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passou a palavra Presidente da Câmara a seu pedido.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

«Vou ser muito rápido e muito conciso. É o seguinte, o trabalho da Câmara Municipal, a função principal da Câmara Municipal é outro. é intervencionar as vias, e aqui permitam-me dar relevância a isto e dar aqui um exemplo, usando o tempo que eu tenho para o efeito.

No relatório de julho de 2023, que eu ainda referi na minha intervenção inicial e que o senhor Deputado João Figueiredo teve a inabilidade de dizer que eu não sabia aquilo que eu estava a dizer, no ponto 2.2, refere quanto à avenida 1º de Maio, no Vale da Amoreira, “as redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais nesta avenida têm vindo a deteriorar-se, para além de serem redes antigas, a frequência de tráfego de veículos pesados, bem como a intervenção recente a que foi sujeita a avenida, sobrecargas, vibrações, captação, entre outros...”»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Senhor Presidente, peço desculpa. Estamos a falar no quiosque.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Mas eu estou a utilizar o meu tempo e eu agradeço que não seja interrompido.

Permita-me concluir: “... promover a fragilidade das infraestruturas enterradas, pelo que é necessário intervir na sua reparação, estruturas, de forma a promover o prolongamento de vida útil das mesmas.” Ou seja, é nestas situações que a Câmara Municipal tem que se focar, é nestas situações que se tem que intervir, é isto que a Câmara Municipal tem que fazer. Já fez aqui a avenida junto à Câmara Municipal, já fez aqui a avenida marginal, já fez outro conjunto alargado de obras que estavam sinalizadas aqui neste mesmo documento, e bem, para o mês que vem vai iniciar as obras do Penteadó, e bem.”»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Senhor Presidente, desculpe lá. Sobre o quiosque está bem, sandes de courato, etc., e essas coisas.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Por isso, e só para deixar claro, as questões relativamente ao quiosque e à forma como a Câmara Municipal faz ou não faz o quiosque, fica à sua consideração. A CDU, se quer gerir na sua forma de ser, e nos países comunistas em que gere tudo e mais alguma, em que faz gestão de tudo e mais alguma coisa, não é missão da Câmara Municipal fazer gestão de quiosques. Disse, apesar de me estarem em interromper, tive a capacidade de manter o raciocínio com muito esforço.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria** com dezanove votos a favor, sendo catorze do PS, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes; dez votos contra da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

3.5 - Contrato de concessão - cedência temporária e a título oneroso dos Espaços Municipais (coberturas de edifícios, outros equipamentos e solos), identificados em anexo, por meio de concurso público com publicidade internacional para a instalação e exploração de Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC) com vista a eventual criação de Auto consumo coletivo (ACC) e Comunidades de Energia Renovável (CER)

A proposta infra foi aprovada por maioria, com cinco votos, sendo quatro do PS e um do vereador Independente; quatro votos contra da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 25/06/2025:

- «- Decisão de contratar e autorização da despesa inerente ao contrato a celebrar;
- Decisão de escolha do procedimento de formação do contrato;
- Aprovação das peças do procedimento;
- Designação do júri do procedimento e delegação de competências;
- Preço base;
- Encargos Plurianuais.

Portugal assumiu um compromisso ambicioso para a transição energética com o objetivo de atingir a neutralidade carbónica em 2050. Os principais objetivos em matéria de energia e clima delineados nos principais documentos estratégicos, nomeadamente no Plano Nacional de Energia e Clima 2030, no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 e na mais recente Lei de Bases do Clima, apontam para um setor elétrico assente na maior descentralização da produção e foco nas fontes renováveis. A estratégia passa por soluções de autoconsumo, na gestão de redes inteligentes e numa participação mais ativa dos consumidores que assumem, hoje, um papel fundamental no âmbito do setor elétrico, atuando individualmente, coletivamente ou através de comunidades de energia.

A atividade de autoconsumo refere-se à produção de energia elétrica renovável por uma ou mais Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC) para consumo próprio e realizado por um ou mais autoconsumidores de energia. Um autoconsumidor corresponde assim a um consumidor que produz energia renovável para consumo próprio, e que pode armazenar ou vender eletricidade de produção própria, desde que, para os autoconsumidores de energia renovável não domésticos, essas atividades não constituam a sua principal atividade comercial ou profissional.

Criação de uma comunidade de autoconsumo coletivo que permite que consumos de vários equipamentos (edifícios municipais) que se encontrem numa determinada proximidade possam organizar-se, coletivamente, para produzir e consumir energia.

Pretende-se com a presente concessão por um lado reduzir a sua fatura energética e ao mesmo tempo fornecer de energia verde a 31 edifícios/equipamentos municipais que se encontram nas proximidades identificadas em anexo, estimando-se produzir, anualmente, cerca de 1.860.232 kWh.

Toda a energia produzida poderá ser consumida nos equipamentos referidos prevendo-se uma redução anual das emissões de CO₂ de cerca de 387.268.94 toneladas, bem como uma redução significativa dos custos com os consumos de energia da rede.

O autoconsumo de energia elétrica, visando a promoção da produção descentralizada de eletricidade a partir de fontes renováveis define-se como a produção de energia renovável por um consumidor final através de uma ou mais unidade(s) de produção para autoconsumo (UPAC) para consumo próprio nas suas instalações mediante requisitos de proximidade e de ligação à RESP, e que pode armazenar ou vender eletricidade com origem renovável de produção própria.

Os Autoconsumos Coletivos (ACC) desempenham um papel central no sistema energético, permitindo aos autoconsumidores de energia renovável produzir, consumir, armazenar e vender eletricidade.

Na presente proposta pretende-se constituir ACC com possibilidade de criar uma ou várias Comunidades de energia Renovável (CER).

No final do contrato, que se estima em 15 anos, os equipamentos instalados revertem para o município sem qualquer custo adicional, podendo esta beneficiar na totalidade da produção fotovoltaica reduzindo desta forma a fatura energética.

Não dispondo o Município de recursos próprios, o desenho de um modelo concessório, em que é o operador privado que assume a conceção, a construção, a manutenção e a gestão de um sistema de ACC com possibilidade de constituição de CER, permite a transferência significativa do risco de exploração para um operador económico, que será remunerado pelo Município em função da energia que lhe for disponibilizada e consumida.

O objetivo passa por instalar painéis fotovoltaicos, por entidade privada, nos espaços municipais, reduzindo, assim, amplamente os seus custos de eletricidade e traduzindo-se numa poupança significativa no erário público.

Paralelamente, pretende-se prever a possibilidade de constituir uma Comunidade (CER), que beneficiará, entre si, de todo o excedente da energia produzida pelos painéis, tendo acesso, desta forma, a uma tarifa comunitária mais baixa do que as tarifas de mercado atuais. Uma futura comunidade poderá vir a ser integrada por qualquer pessoa ou entidade empresarial do concelho, mediante manifestação de interesse de adesão a este sistema, assim que o mesmo entre em vigor.

A excelente e natural exposição solar em diversos pontos do concelho aliada tanto à aplicação das Unidades de Produção para Autoconsumo, como à constituição das Comunidades de Energia Renovável, Permitirão trilhar um caminho para um futuro mais limpo e sustentável, com uma expressiva poupança de energia e de custos, possibilitando que todos contribuam e beneficiem, ativamente, do processo da transição energética global.

Em face do supra exposto e ainda que não seja competência do DAG assegurar nem promover a transição energética e descarbonização do território, por determinação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, porque o DAIEU não tem recursos nem competência nesta matéria, submete-se à consideração do Executivo Camarário proposta de cedência temporária e a título oneroso dos Espaços Municipais (coberturas de edifícios, outros equipamentos e solos), identificados em anexo, por meio de concurso público com publicidade internacional para a instalação e exploração de Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC) com vista a eventual criação de Comunidades de Energia Renovável (CER).

O lançamento e a condução de um procedimento concorrencial, de acordo com as regras da contratação pública, para selecionar o concessionário, e assumir o papel de Concedente durante a execução do contrato, velando pela sua boa execução, nos termos resultantes do modelo de Caderno de Encargos da Concessão que se anexa cumpre os objetivos fixados no artigo 112.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente promovendo a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.

No exercício das competências que são conferidas conjugadamente pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, e pelo n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal da Moita delibera, mediante o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos e ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (adiante designado CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, tomando a decisão de contratar, deliberando nos termos e fundamentos seguintes:

1. Decisão de contratar e autorização para a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar

Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar proferir a decisão de escolha do procedimento e fundamentá-la.

Em cumprimento do disposto no artigo 38.º do CCP, propõe-se que seja decidido, pelo órgão competente para a decisão de contratar, escolher o procedimento de Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, que permite a celebração de contratos de qualquer valor, de acordo com o estatuído na alínea c), do n.º 1, do artigo 16.º e na alínea a) do artigo 20.º, todos do CCP, e cuja tramitação procedimental se encontra regulada nos artigos 130.º a 139.º e 146.º a 148.º, do mesmo Código.

● Fundamento da decisão de contratar

Atendendo a que o valor do contrato previsto para este procedimento ser no máximo estimado de 64.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil euros) o fundamento da escolha do procedimento tem por base o critério do valor definido na alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º conjugado com a alínea c) do n.º 3 do art.º 474.º do CCP, na sua versão atualizada.

Compete à Câmara Municipal, de acordo com o previsto na alínea ee) do art.º 33.º "Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados por Lei, sob administração municipal."

Neste sentido, e face ao objeto contratual, é adotado o procedimento de concessão previsto no n.º 1 do art.º 31.º e no art.º 407.º e ss do CCP e dos artigos 7.º e 8.º do RJPIP.

● Valor do contrato

Estima-se que o valor do contrato a celebrar, calculado nos termos do artigo 17.º, do CCP, é de 500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, no montante de 61.035.000,00 (um milhão e trinta e cinco mil euros), o que perfaz o valor global

535.000,00 (cinco milhões quinhentos e trinta e cinco euros), considerando, e tendo como fundamento, os 15 anos de vigência do contrato de concessão.

- **Autorização da despesa**

Atenta a despesa estimada nos termos da alínea b), do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, é à Câmara Municipal que compete autorizar a realização da referida despesa e, em cumprimento do estatuído no n.º 1, do artigo 36.º, do CCP, proferir a decisão de contratar.

Face ao exposto, nos termos conjugados e ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 36.º, do CCP e na alínea b), do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, propõe-se que seja proferida, pelo órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, a Câmara Municipal da Moita, a decisão de celebrar contrato de concessão e cedência temporária, dos espaços/edifícios municipais identificados no Anexo I do Caderno de Encargos (ao nível da cobertura dos edifícios, outros equipamentos e/ou solos), com os fundamentos acima invocados e a decisão de autorização da respetiva despesa.

2. Decisão de escolha do procedimento de formação do contrato

Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar proferir a decisão de escolha do procedimento e fundamentá-la esta forma, em cumprimento do disposto no artigo 38.º, do CCP, propõe-se que seja decidido, pelo órgão competente para a decisão de contratar, escolher o procedimento de Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, que permite a celebração de contratos de qualquer valor, de acordo com o estatuído na alínea c), do n.º 1, do artigo 16.º e na alínea a) do artigo 20.º, todos do CCP, e cuja tramitação procedimental se encontra regulada nos artigos 131.º a 139.º e 146.º a 148.º, do mesmo Código.

A escolha deste procedimento tem como fundamento, a obrigação legal decorrente do artigo 20.º e alínea c), do n.º 3, do artigo 474.º, ambos do CCP que dispõem para celebração de contratos de valor superior a 221.000,00 € (duzentos e vinte e um mil euros) deverá ser adotado o procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.

3. Aprovação das peças do procedimento

Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 40.º, do CCP, as peças do procedimento de Concurso Público, são o anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos.

De acordo com o estatuído no n.º 2, do artigo 40.º, do CCP, compete ao órgão competente para a decisão de contratar aprovar as peças do procedimento, com exceção da minuta do anúncio.

Assim, propõe-se que o órgão competente para a decisão de contratar aprove as peças do procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, o programa de procedimento e o caderno de encargos, que se anexam à presente Proposta dela fazendo parte integrante.

4. Designar o júri do procedimento e delegar competências

Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar a designação do júri do procedimento de formação do contrato, ao qual compete conduzir o procedimento e, nomeadamente, proceder à apreciação das propostas, elaborar os relatórios de análise das propostas, proceder à audiência prévia e exercer as competências que lhe sejam delegadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, de acordo com o disposto nos artigos 67.º a 69.º e 147.º, do CCP.

Antes do início de funções, os membros do júri, devem subscrever uma declaração de inexistência de conflitos de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII, do CCP.

Em conformidade com disposto no n.º 1, do artigo 67.º, do CCP, propõe-se que seja designado o júri do procedimento de formação do contrato, com a seguinte constituição:

Membros efetivos:

- Presidente: Maria da Conceição Ribeiro, Diretora do Departamento de Administração Geral;
- 1.º Vogal Efetivo: Joaquim Santos, Chefe de Divisão da DGITA/DAEIU que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
- 2.º Vogal Efetivo: Ivo Sobreiro, Eng.º Eletrotécnico do DGVT.

Membros suplentes:

- 1.º Vogal Suplente: Marco Rodrigues, Diretor do departamento de Gestão e Valorização Territorial;
- 2.º Vogal suplente: Hélio Nunes, Técnico Superior do Departamento de Administração Geral.

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 109.º, do CCP, propõe-se ainda que seja delegado no júri do Procedimento de formação do contrato a competência para prestar, por escrito, esclarecimentos das peças do procedimento, de acordo com a alínea a), do n.º 5, do artigo 50.º, do CCP.

5. Preço base

Nos termos do disposto no artigo 47.º do CCP, o preço base é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do contrato no prazo de 15 anos.

Assim, mediante o disposto no artigo 47.º, do CCP, propõe-se que seja fixado o preço base estimado de Estima-se que o valor do contrato a celebrar, calculado nos termos do artigo 17.º, do CCP, é de €4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, no montante de €1.035.000,00 (um milhão e trinta e cinco mil euros), o que perfaz o valor global €5.535.000,00 (cinco milhões quinhentos e trinta e cinco euros), com o custo unitário de referência de 0,1410 euros/Kwh, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

O cálculo do preço base teve em consideração a produção típica da tecnologia fotovoltaica para o cenário da instalação da potência mínima e máxima.

O preço base máximo que o concessionário pretende pagar é de 0,1410 euros/Kwh e teve por base o valor aproximado da energia elétrica produzida pela tecnologia, bem como, os preços de mercado atualmente praticados pelos comercializadores de energia elétrica do Município da Moita acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, e os consumos anuais dos equipamentos municipais selecionados para o pretendido.

O preço base reflete, assim, o valor que o Município da Moita está disposto a pagar para fazer face à necessidade pública em causa, sendo o montante máximo que se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato em apreço.

6. Encargos Plurianuais

O encargo da despesa resultante deste contrato, com o valor estimado de €4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, no montante de €1.035.000,00 (um milhão e trinta e cinco mil euros), o que perfaz o valor global €5.535.000,00 (cinco milhões quinhentos e trinta e cinco euros), considerando, e tendo como fundamento, os 15 anos de vigência do contrato de concessão.

Em face do prazo máximo de execução do contrato o encargo financeiro será repartido pelos anos financeiros de 2026 a 2040, na classificação orgânica e económica 02 0201 – **encargos com instalações**, de acordo com os seguintes efeitos financeiros:

- Ano de 2026 a 2024 - 369.000,00 € (trezentos e sessenta e nove mil euros), com IVA incluído;

A despesa estimada será prevista em sede do projeto de orçamento para 2026 através de declaração de cabimento.

Face ao exposto, propõe-se que o órgão competente para a decisão de contratar, a Câmara Municipal da Moita, ao abrigo do disposto nas alíneas f) e dd), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos e com todos os fundamentos atrás invocados, delibere:

1. Proferir, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 36.º, do CCP, a decisão de contratar e a decisão de autorização da respetiva despesa no montante estimado de €4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, no montante de €1.035.000,00 (um milhão e trinta e cinco mil euros), o que perfaz o valor global €5.535.000,00 (cinco milhões quinhentos e trinta e cinco euros), considerando, e tendo como fundamento, os 15 anos de vigência do contrato de concessão em função do consumo estimado, tendo por base o consumo realizado em 2024 dos equipamentos municipais identificados.
2. Escolher, em cumprimento do disposto no artigo 38.º do CCP, o procedimento de Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, previsto na alínea c), do n.º 1, do artigo 16.º, e na alínea a), do artigo 20.º, todos do CCP, que permite a celebração de contratos de qualquer valor;
3. Aprovar, mediante o n.º 2, do artigo 40.º, do CCP, as peças do procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, o programa de procedimento e o caderno de encargos, anexos à presente Proposta dela fazendo parte integrante;
4. Designar, em conformidade com o n.º 1, do artigo 67.º, do CCP, o júri do procedimento de formação do contrato, com a constituição atrás referida e delegar a competência prevista na alínea a), do n.º 5, do artigo 50.º, do CCP;
5. Fixar, mediante o artigo 47.º, do CCP, o preço base, no montante de €0,1410 /Kwh, fundamentado com base em critérios objetivos, nos termos atrás referidos.
6. Deliberar submeter à Assembleia Municipal a autorização para a celebração do contrato de concessão acima aludido, nas condições gerais previstas no programa do concurso e caderno de encargos;

7. Delegar no Senhor Presidente da Câmara Municipal o ato de adjudicação e todos os atos subsequentes até à outorga definitiva do contrato.

Anexo: Programa de Procedimento
Caderno de Encargos»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Aqui o objetivo, e agora espera não ser interrompido para que possa explicar concisamente aquilo que se pretende e para que se perceba o objetivo do mesmo, da Câmara Municipal, de algum tempo para cá, desde que iniciámos este novo mandato tem tido desde a sua premissa e objetivo principal, tornar o município mais verde, mais sustentável. Isso faz parte de uma política, uma política alargada, uma política integrada, que se manifesta nas mais diversas áreas de atuação, seja na aquisição de veículos elétricos, seja, neste caso, no concurso para colocação de carregadores elétricos para esses veículos e outros equipamentos, e também agora tornar, com este concurso, o fornecimento elétrico dos seus edifícios 100% renovável. É uma política global, abrangente, não é casuística, não é caso a caso, é uma visão global que temos para o município, cumprir as metas, neste caso, de descarbonização, que alguns documentos apontam para 2050, Portugal comprometeu-se com 2030, e a Moita quer que seja o quanto antes. Disse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“A bancada da CDU solicitava à Câmara que retirasse esta proposta porque esta proposta é danosa do interesse do município e passo a explicar. Passo a explicar porque o município adquiriu energia ao abrigo de um acordo quadro, e adquiriu energia de acordo com as várias tensões e os vários períodos horários, entre os 10 cêntimos e os quase 12 cêntimos, e o que prevê neste proposta é pagar a 14 cêntimos durante 15 anos, num número muito alargado de instalações do município, o que quer dizer que vamos estar a ter as nossas coberturas cedidas a uma entidade qualquer, que nós não sabemos qual é, não sabemos quem é que vai ser a entidade gestora do autoconsumo coletivo, que é uma obrigação quando há um autoconsumo coletivo, não sabemos quais são as entidades que vão fazer parte de uma eventual CER. Nada disto está aqui explanado. As comunidades de energia renovável obrigam que existam, no futuro, uma entidade criada especificamente para o efeito, mas o que acontece aqui nesta proposta é que o município propõe-se a pagar durante 15 anos a energia mais cara do que aquela que está neste momento a contratar.

E esta questão da energia 100% renovável é, mais uma vez, um discurso para quem não sabe o que é que está a falar, porque o autoconsumo coletivo, infelizmente, não garante 100% do abastecimento para os edifícios, portanto, se o município queria ter energia 100% renovável não tendo emissões era muito fácil. Era, no mesmo concurso, no mesmo procedimento de aquisição que fez no início deste ano, quando comprou energia à central de compras, em vez de ter de ter adquirido energia através do lote um, tinha adquirido através do lote 2, que é energia 100% renovável. Existem muitas empresas em Portugal a fornecer energia 100% renovável, não há problema nenhum, isto pode ser feito a qualquer momento, pode ser feito já. Eu, na minha casa, não consigo ter painéis solares e compro energia 100% renovável, e digo-lhe uma coisa, as 2 últimas faturas a tarifa praticada foi a rondar os 5 cêntimos, não foi a 14 cêntimos.

Portanto, esta proposta que está aqui é profundamente danosa dos interesses do município e por isso nós pedimos à Câmara municipal que retirasse a proposta e que a reformulasse, porque o que está aqui no fundo, termos produção de energia renovável nos edifícios do município é extremamente meritório, é um caminho que tem que ser feito. Nós temos, cada vez mais, que ser autossuficientes em termos energéticos. Cada vez mais. Esta proposta não cumpre com esses objetivos, porque o que nos torna é mais dependentes de uma entidade qualquer que venha aqui fazer um negócio, um grande negócio para si e um péssimo negócio para o município. Disse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder à questão.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Só quero dar aqui um esclarecimento porque é mesmo desconhecimento de quem fez a intervenção anterior. Aquilo que estamos a falar é o preço que a Câmara se dispõe a pagar pela energia na sua globalidade, na sua totalidade, já com as tarifas, taxas fixadas pela ERSE, e outros contributos, como as taxas audiovisuais e outras que vêm todas na fatura. É que, normalmente, o que se fala é só o preço da energia, esquece-se das outras taxas que vêm associadas e vem agregadas. E depois, há aqui outra questão que é importante e que é importante dizer, é que há uma coisa que se chama preço base., e ninguém está à espera, ou ninguém espera, que as empresas venham pelo preço base, ainda para mais o concurso público é Internacional. O concurso público é internacional, por isso, a bem da transparência, concorra qualquer empresa, seja portuguesa ou europeia. Desde que cumpram os critérios qualquer empresa pode vir e oferecer o preço mais barato.

Se o senhor deputado municipal sabe que existe empresas que pagam valores tão baixos, é dar-lhes indicação que a Câmara Municipal da Moita está a fazer este concurso e que elas concorram. Têm esse bom remédio. Se sabe que existe um conjunto alargado de empresas que fazem e praticam esses valores tão baixos, digam que a Câmara Municipal da Moita está a fazer...”

Neste momento, interrompeu a sua intervenção e disse: “Agradecia que os senhores deputados da CDU tirassem os sons ao telemóvel porque assim fica difícil concluir o meu raciocínio. Muito obrigado senhor João. Muito obrigado”

Retomou a intervenção e disse: “Continuando. Não sei se já estaria a fazer o contato para alguma empresa, para a alertar deste negócio, mas fica aqui o registo. Por isso, deixo então aqui o repto à bancada da CDU, e a outras, e a todos os cidadãos, que deem nota que a Câmara Municipal vai lançar este concurso e que ganhe o melhor preço, neste caso, o preço mais baixo, que é aquilo que nós todos desejamos.

Dizer uma coisa, e que também é importante que fique clara, a Câmara Municipal, com este concurso público, o objetivo não é a Câmara Municipal fazer qualquer tipo de investimento, à semelhança daquilo que a Câmara Municipal fez que com a troca de luminárias no passado, exatamente similar, feita pela CDU, com a troca de luminárias fluorescente para lâmpadas LED, e com aqueles três painéis inteligentes que de inteligentes tinham muito pouco e que alguns não tinham previsto a ligação à rede elétrica, mas isso seria outra coisa que aqui podíamos falar, e que já foram retirados. Aqui, os painéis solares, neste caso, fotovoltaicos, solares é outra terminologia, os painéis fotovoltaicos ao final de 15 anos ficam para o município, ficarão para o município. E também que fique claro que a ideia é instalar em telhados municipais, não é ocupar zonas verdes, como vemos aí noutros locais, e outras situações, é colocar por cima dos nossos e edifícios, aproveitando esses nossos espaços.

Por isso, era só isso que eu queria deixar, essa nota, e dar mais uma vez o repto. Se conhecer empresas que praticam esses 8, 4 cêntimos, 5 cêntimos, ou até que façam de borla, faça favor e faça com que elas concorram que nós aceitaremos as candidaturas de bom grado. O concurso está aberto a todos.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Olhe, de borla ficaria se fosse o município a fazer esse investimento, e esse investimento pagar-se-ia no máximo em 4 anos, se o dimensionamento estiver bem feito. Em 4 anos. O que é que os senhores propõem? Um investimento que se paga em 4 anos, vamos estar a pagá-lo a um preço exorbitante durante 15, portanto, é este o tipo de negócio que os senhores querem fazer. E depois, mais uma vez, o senhor Presidente não deve ter lido a proposta porque diz que é apenas nos telhados, e não. Na proposta também diz dos telhados, equipamentos, solo, etc., e outros. Portanto é isto, há aqui um desconhecimento profundo daquilo que é proposto e o município assim vai sair lesado.

Portanto, o senhor Artur Varandas, que ainda há bocado estava a dizer que não se sentia com legitimidade para negociar com o STAL, olhe, está aqui, tem toda a legitimidade para votar como entender, só que há uma opção que é aquela que vai lesar o município. Fica à atenção desta Câmara Municipal e dos senhores deputados municipais, porque este contrato é altamente lesivo do município, e ainda por cima numa matéria que a todos nós devia ser extremamente relevante e todos nós deveríamos estar a trabalhar em conjunto para conseguir as melhores soluções, e não o que está aqui a acontecer nem consigo classificar, porque acho que isto é de uma incompetência tremenda e, mais uma vez, digo, é altamente lesivo do município.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

“Eu não ia intervir neste ponto, mas às vezes são há coisas que são ditas nesta Assembleia que fica difícil não fazer qualquer intervenção. Isto é um concurso público com um preço base, e esse preço base tem um limite, muito próximo, provavelmente, até daquilo que a gente estaremos a pagar, neste momento, por parte do município, e aquilo que a gente vê da bancada da CDU é um deputado, que deve ter aqui alguma capacidade de magia para saber que o município vai pagar mais do que aquilo está a pagar hoje. Se isto é um concurso público com um preço base, até poderá ter razão, não sei, mas poderá eventualmente saber que as propostas que vão vir terão preços mais altos do que este, não sei. Pois não sei, exatamente, mas o senhor está a dizer que o município está a ficar lesado à partida, sem saber quais são as propostas que vão entrar neste concurso internacional.

Ou o senhor tem uma capacidade de antecipar aquilo que vai acontecer, algum dom mágico que consegue saber o que é que vai acontecer daqui a um ou dois meses, depois de aparecer as propostas deste concurso, para saber que o município vai ficar lesado, ou então não sei. Porque, de facto, é difícil, num concurso em que existe um preço base próximo daquilo que o município está a pagar, todas as propostas que sejam aceites será sempre pelo preço mais baixo daquele que está no valor base do concurso internacional, será difícil o município sair lesado nessa questão em concreto, mas pronto deve ter a capacidade de adivinhar.”

Deputado Municipal João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Não senhor Deputado, nós aqui fazemos é contas, não é capacidade de adivinhar. O que nós sabemos é que o preço, se houver só uma proposta no preço base, o que acontece é que o município vai ficar a pagar 20 a 30% mais cara a energia do que está a pagar neste momento. E porque é que não fazem essa proposta com um preço base mais baixo? Assim, já garantem que o município está defendido, mas não, não a fazem. Até lhe posso dizer outra coisa, senhor Deputado, é que outros concelhos conseguem comprar energia mais barata. Tenho aqui um contrato do município da Batalha, que contratou a através da central de compras da região de Leiria, e que compra a energia ainda mais barata do que o município da Moita.

Portanto, o que é que nós conseguimos provar aqui, porque estudamos e fazemos contas? É que este contrato, tal como está feito, é lesivo para o município. Retirem a proposta, metam um preço baixo bastante mais baixo. Nós temos cá municípios que estão a preparar os preços baixos a rondar os 8 cêntimos. Há municípios que estão a rondar os 8 cêntimos e vocês metem 14. Isto é lesivo para o município. Por favor, retirem esta proposta, não votem esta proposta a favor e apresenta na próxima Assembleia Municipal com um valor mais baixo que todos nós votaremos a favor. Disse.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

“De facto, é mesmo difícil conseguir perceber este tipo de posição e nós estarmos constantemente sempre a parar na mesma posição, que é não na evolução, não pensar naquilo que vem amanhã, não pensar naquilo que pode ser o contributo do próprio município e os ganhos que o município possa ter. Aquilo que a gente espera da bancada da CDU é claramente isto, é uma capacidade de adivinhar qualquer coisa que vai acontecer. E depois, nós sabemos que estamos numa fase do ano, nomeadamente, em época de eleições e é preciso assustar as pessoas. Nós sabemos isso, vocês são muito bons nisso. Esta parte de tentar passar a imagem para fora de que esta proposta que aqui está a ser discutida vai lesar o município, e que vamos pagar muito mais do que aquilo que vamos pagar, nós já estamos habituados por parte dessa bancada a este tipo de postura, ainda mais neste ano que estamos em eleições. Era só isso que eu queria dizer.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal a seu pedido.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

«É só para repetir aqui uma coisa que eu já disse. Falou de uma central de compras da Batalha, ou de Leiria, olhe, parabéns a essa central de compras, espero que outras entidades regionais de energia, nomeadamente, a S.Energia, consiga fazer um trabalho para que os municípios da Área Metropolitana, quer dizer dos associados, não digo da Área Metropolitana, mas associados pudessem comprar energia a esse valor. Infelizmente, não conseguimos. A energia que o município paga, posso-vos dizer que, ao dia de hoje, é superior ao valor do preço base que nós colocamos aqui neste concurso, incluindo todas as taxas e todas as coisas, com todas as contribuições que a gente paga. Por isso, a ser verdade o que o senhor Deputado aqui disse, pedíamos, se calhar há aqui uma lacuna e que nós teremos que ver com

a associação ou com outras entidades, porque há aqui uma falha, porque se existem municípios a comprar a 8 cêntimos e a gente estamos a comprar tão caro, então fazemos parte de uma associação que, na realidade, não nos está a ajudar como deveria.

E aqui, volto a deixar o repto, que é se os senhores deputados sabem, efetivamente, que existem entidades que vendem energia tão barata, para este modelo e para estas condições, por favor convidem-nas a concorrer, o concurso é público e é internacional. Eu não sei, no passado, se era específico direcionarem os concursos para o A, para o B para o C, porque estão aqui uma e outra vez a repetir “se só houver uma proposta, se só houver uma proposta, se só houver uma proposta”. Eu espero que hajam várias propostas. Eu espero que hajam várias propostas. E depois, outra coisa relativamente à gestão, os senhores da CDU não dão lições a ninguém. O CROAE estava por 1200000 e nós fizemos por 739000, e está lá o equipamento. Por isso, nós estamos habituados a poupar dinheiro ao município, não andamos aqui... Os senhores tantas contas fazem, queriam fazer obras pelo dobro do preço, e isso sim é que é lesar o erário público, é que é lesar o município, é que é lesar os munícipes.

Por isso, vamos continuar aqui a fazer boas contas, e lanço novamente o repto, porque nunca é demais lançar o repto. Se conhecem efetivamente entidades que façam valores e preços mais baixos, o concurso é público e internacional. Alertem, seja no quadro pessoal ou no quadro das associações dos quais fazem parte, para que as sociedades possam concorrer livremente. Elas que concorram. Porque é que não promovem essa concorrência? Podem promover essa concorrência, e o senhor Deputado sabe isso, sabe-o bem, acredito que tenha experiência nessa área e que poderá certamente fazer um trabalho nessa área. Faça o trabalho nessa área. Disse.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Pedi para intervir em defesa da honra (sem recurso a microfone).

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Defesa da honra porquê?”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Ó senhor Presidente, acho que para bom entendedor meia palavra. E o senhor não percebeu que é que se passou aqui?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Foi a sua ligação à S.energia. Então defenda lá sua honra, se faz favor.”

Defesa da Honra do Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Senhor Presidente, eu estou aqui como elemento da bancada da CDU na Assembleia Municipal, não estou aqui como funcionário de entidade nenhuma, portanto, não vou, nunca irei responder sobre nada que esteja relacionado com a minha atividade profissional. Já o disse, mais que uma vez, que não vou colocar aqui a minha entidade patronal à discussão, portanto, peço ao senhor Presidente que no resto do mandato que lhe resta que não o faça também, porque não é sério da sua parte. Não é sério.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se ainda pretendia usar da palavra no tempo que lhe resta, no caso, 20 segundos.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Não senhor Presidente. Eu não tenho nada a dizer. Não me revi nas declarações que foram feitas. Por mim podem continuar.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, no uso da palavra pelo Grupo Municipal do PS

“Se me é permitido, vou falar em nome da bancada do PS. Eu não sou expert nesta matéria, a única coisa que posso dizer é que todos aqui pagam luz sabem qual é o preço para habitações Provavelmente, devido à quantidade, para a Câmara será diferente, mas eu, numa casa que tenho, meti painéis solares, ou fotovoltaicos, e claro que eu preciso de mais do que aquela, tenho ir à rede e depois pago a 18,72

a rede. Se vocês virem todas as faturas de luz, dificilmente pagarão menos de 18, seja onde for. E, além disso, ainda existem mais os termos fixos e todas aquelas alcavalas que eles têm, portanto, não me pareceu, sinceramente, exagerados 14 cêntimos.

Agora, se a Câmara, e eu ouvi a reunião de Câmara e ouvi uma senhora vereadora referir que a Câmara estaria a pagar 11 e que agora passava a pagar 14. Eu perguntei, na altura, ao senhor Presidente se isto era verdade, ele diz-me que não, portanto, parece haver boa fé e ninguém de boa-fé vai calcular que a Câmara estaria aqui, enfim, descontroladamente, a querer gastar muito mais dinheiro. Eu nos meus painéis solares, estou a pagá-los também. Além da luz, estou a pagar também os painéis solares durante 5 anos.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU (sem recurso a microfone)

“Durante 5, não é 15.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, no uso da palavra pelo Grupo Municipal do PS

“Sim, mas estou eu a pagá-los, a Câmara aqui não vai pagar painéis solares e daqui a 15 anos eles são da Câmara Municipal. É provável que daqui a 15 anos a tecnologia esteja completamente obsoleta, porque senão não seria mau negócio, porque os painéis duram no mínimo 30 anos, por aquilo que eu tenho conhecimento, portanto, ainda há outros 15 depois com a eletricidade de borla, mas isto é aquilo que eu acho. Tenho dito.”

Deputada Isilda Letras do Grupo Municipal do CDS

“Em relação a esta questão das energias, acho de muito valor que, de facto, se pense nisto, porque o futuro tem mesmo de passar por aqui. Acontece que, num concurso público, quando se lançam este tipo de concursos ou outros, não creio que seja uma boa estratégia em termos de negociação colocar um preço, porque isto acaba por nos limitar e pode-nos tirar muitas valências de benefícios que nós podemos vir a ter, quer nos custos dos equipamentos, quer nos custos do quilowatt hora final. Portanto, como estratégia de benefício para a Câmara e para nós, creio que esta proposta deva ser reformulada, retirando este ponto dos 14. Quanto aos 15 anos de exploração, é lógico que nós teremos que pagar os painéis, ou outros equipamentos que possam ser utilizados para fornecer a energia fotovoltaica, e aí pode ser 15 anos ou pode ser 5. Se for 5 é lógico que o quilowatt hora será mais custoso, se for 15 terá que ser mais baixo, mas como estratégia de negociação, creio que não deve ser colocado no concurso público os 14 cêntimos, deve ser retirado.”

Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

“Queria apenas pedir alguns esclarecimentos. O concurso fala em 14 cêntimos, a pergunta que eu colocava primeiro é se os 14 cêntimos é com todas as taxas incluídas, IVA's e tudo o mais? Eu quero saber se os 14 cêntimos é com todas as taxas incluídas, primeira questão. A segunda a segunda, tem a ver com a durabilidade dos painéis que vão ser aplicados e com a questão se realmente é no solo ou se é nos telhados, até porque a proposta que temos aqui à nossa frente fala que pode ser no solo e pode vir a ocupar solos da Câmara que são necessários para outras questões, nomeadamente para habitação.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Presidente da Câmara Municipal para responder às questões.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Primeiro, muito rapidamente, quem define e quem acompanha é o gestor de contrato, e quem diz onde é que se pode ter viabilidade para instalar ou não instalar, e quem autoriza onde é que serão instalados os painéis é a Câmara Municipal. Está colocado dessa forma, mas neste caso, as coberturas dos equipamentos municipais, sejam piscinas e outras. Depois, todos os edifícios foram identificados, os códigos CPE – códigos de pontos de entrega, etc. , os valores que aparecem nesta proposta são inferiores àquilo que nós estamos a pagar hoje em dia, incluindo as taxas, ou seja, isto só se pode comparar o que é comparável, e é com taxas, com as taxas agregadas e associadas, não se pode comparar duas coisas que são diferentes.

E, por último, respondendo a uma questão que foi colocada pela deputada municipal do CDS, a Câmara Municipal não pode fazer um concurso público sem colocar o preço base, ou seja, é uma das obrigatoriedades legais, não o podemos fazer, porque aí não haveria preço anormalmente alta ou

normalmente baixo, não havia essas coisas, e por isso é obrigatório ter um preço base, até porque depois este concurso, pelo valor que está aqui inscrito, vai ao Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas fará essa mesma avaliação, ponderação e análise. Era isso que eu queria dizer e queria deixar bem claro, que isto ainda irá a Tribunal de Contas, se for aprovado.

Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

“Eu fiquei sem saber, efetivamente, se os 14 cêntimos são com IVA ou sem IVA.”

Neste momento, perante a informação, sem recurso a microfone, que era mais IVA a 23%, retomou e disse: “É que sendo assim vamos ficar praticamente na mesma, porque se neste momento está a pagar a 12 mais IVA. A questão é que eu estou completamente atrapalhado com a minha decisão de voto em relação a isto, porque na realidade eu compreendo que se ponha 14, no concurso tem que se pôr um valor, e se alguém quiser ganhar pode vir por 10 ou pode vir por 8, ou pode vir por 9, quem vier por 14 está no limite, pode até nem ganhar o concurso. Isto pode ser uma lotaria quase que estamos aqui a falar, é preciso a gente também ter noção disto, porque pode concorrer um indivíduo e mete 14, mas pode vir um que mete 12, outro que mete 10, outro que quer ganhar o concurso e mete outro valor.

Portanto, sendo assim, compreende-se, na realidade, que se ponha um limite porque sabemos que ninguém vai acima daquele limite porque está eliminado do concurso, quem vier abaixo está dentro do concurso, ou quem vier igual. Agora, continuo com esta questão dos 14 e do IVA e das taxas e das taxinhas a baralhar-me um bocado, mas já vi que é 14 mais taxas e tachinhas.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria** com dezasseis votos a favor, sendo catorze do PS, um do Independente Bruno Mendes; quatro abstenções, sendo duas do BE, uma do PSD, uma do CDS; dez votos contra da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado João Faim

“A bancada da CDU votou contra esta proposta, não pela intenção da utilização de energias limpas, energias renováveis, que esse também é um desígnio que nós acompanhamos, mas porque esta proposta é lesiva do interesse do município e explicamos porquê. O valor por base proposto, o valor máximo que a Câmara aceita pagar é os 14,1 cêntimos mais IVA a 23%, ou seja, estamos a falar de um preço quilowatt hora de 17,3 3 cêntimos por quilowatt hora já com o valor do IVA. É um valor muito acima dos valores que são pagos atualmente pela autarquia e dos valores que se obtém da compra de energias limpas.

Além disso, comparar o custo da energia quilowatt hora com o custo da habitação particular, é comparar o Rossio, passo a expressão, com a rua da Betesga. E porquê? Porque a potência e a quantidade de quilowatts hora que estão aqui em jogo ultrapassa muito o valor que potencia a economia de escala, nomeadamente, estamos a falar de 2098000 quilowatts hora por ano, energia anual estimada de consumo. Ora, isto compara o consumo, não é o consumo de uma habitação particular, isto é o consumo das indústrias, o consumo industrial. Aliás, por esta lista e potências de consumo que aqui estão indicados na lista que está aqui que foi posta a concurso, verifica-se exatamente isto, são potências industriais e o custo atualmente de mercado, e consultei há pouquinho o site da Endesa, estamos a falar de 11,3 cêntimos para o consumo industrial, e daí para baixo em função das potências contratadas.

Portanto, aquilo que a CDU propôs nesta discussão, e volto a dizer, deturpem aquilo que nós dissemos porque já estamos habituados a isso, mas o povo percebe aquilo que nós dizemos. O que nós dizemos é tão simplesmente isto, baixem. Porque é que não baixaram o valor base? Porque o valor base é um valor que não dá garantia, ele pode vir abaixo do mercado a funcionar. Como o senhor Presidente diz, divulgar, e espero que a Câmara o divulgue internacionalmente, por toda a gente, e que haja muita gente a concorrer, mas nada garante ao senhor Presidente que apareça um único concorrente a dar o valor dos 14 cêntimos, e a Câmara está a pagar um valor muito mais caro que o mercado. Ora, porque

é que não baixou o valor base? É só essa a nossa proposta, e é por essa razão que nós votámos contra a proposta que foi apresentada, porque é lesiva do interesse do município.”

3.6 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da al^a c) do n^o2 do art. 25^o da Lei n^o75/2013)

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Presidente da Câmara que fizesse a apresentação do Relatório da Atividade Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Como poderão ver aqui no nosso relatório da atividade municipal, entre outras coisas, podem ver um capítulo onde diz viaturas recolhidas e viaturas depois que foram vendidas pelo município, viaturas que estavam abandonadas, e isso, por si só, é demonstrativo que essas viaturas assinaladas foram assinaladas pela aplicação Moita+Próxima. Podem ver aqui outras informações, que eu acredito que irão considerar úteis. Estamos ao dispor para responder às questões que tenham relativamente a este mesmo documento, que prova que a Câmara Municipal tem vindo a fazer obra, como é prova disso mesmo aquilo que temos vindo a demonstrar, e eu sei que é certo que não é do agrado de todos, porque havia certas forças políticas que gostariam que a Câmara Municipal não estivesse a fazer trabalho. Disse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocado relatório à discussão intervieram:

Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara dias

“As perguntas que quero colocar aqui a Câmara diz respeito aqui a um problema, a um constrangimento que os habitantes da Baixa da Banheira se têm vindo a confrontar nos últimos meses, que diz respeito ao elevador da passagem desnivelada que dá acesso entre a rua 13 e a Estrada Nacional. É um equipamento que muito dá falta porque, infelizmente, por opções passadas, a verdade é que a Baixa da Banheira está literalmente cortada ao meio e não temos nenhum acesso que possamos dizer que as pessoas conseguem passar de um lado ao outro da vila de forma facilitada.

Temos a rua Ville Plaisir, a chamada ponte de peOdra, que tem alguns problemas de mobilidade, onde existem muitos carrinhos de bebés, muitas pessoas com cadeira de rodas que são obrigadas a vir para a estrada para atravessarem de um lado ao outro. Temos a questão do túnel, que vem ali da rotunda da cabeça do Padre até à estrada nacional, que não tem forma de pessoas com mobilidade reduzida passarem de um lado ao outro, e depois temos o túnel que vem da rua 1^o de Maio até à Estrada Nacional, que se encontra com os elevadores avariados há algum tempo.

Claro que nós podemos dizer que o projeto nasceu mal logo desde o início, porque o que se devia ter acautelado desde o início é que os elevadores se poderiam avariar algumas vezes, é natural, as máquinas também falham, e a verdade é que se tinha que acautelar que as pessoas pudessem passar de um lado ao outro sem ter que recorrer, por exemplo, a elevadores, como acontece, por exemplo, no Barreiro, quando viram a solução do túnel, e é necessário e urgente arranjar uma solução para aquele túnel. Pelo que, eu pergunto ao senhor Presidente, como é que tenciona a Câmara Municipal, eu pelo menos, em conversações consigo, já sei de algumas soluções, mas era importante que esclarecesse a Assembleia Municipal e quem assiste lá em casa sobre as soluções que prevê para a resolução deste problema, e também o ponto de situação dos contratos de manutenção da daquele elevador.

Depois, saiu ainda esta semana uma lista ordenada de pessoas que se candidataram à habitação a preços controlados, a preços acessíveis, portanto, a pergunta que tenho para fazer é quais são os passos seguintes e qual é o estado da arte, digamos assim, da Estratégia Local de Habitação, que é muito importante, não só aqui para o concelho da Moita, mas também para todo o Portugal, digamos assim, porque infelizmente a habitação é um flagelo do nosso país.

E, aproveitar também este momento para informar que estão a decorrer as festas multiculturais do Vale da Amoreira, portanto, convido a todos para que, até domingo, possam visitar as festas que teremos todo o gosto em receber-vos.”

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

“Com as últimas eleições que tivemos, aí os postes, as árvores, etc., foram mais uma vez alvo natural de propaganda política dos partidos. É naturalíssimo, como todos sabemos, não é novidade para ninguém. No entanto, verifico que continuam por aí os painéis, os pendões, etc., e parece-me, não conheço bem a lei, que é da responsabilidade dos respetivos partidos retirá-los, mas eles continuam por aí. Mas, quando eles estão a determinada altura nem que venham a cair no próximo inverno, agora grave é o que se está a passar na Praça da República, um local que é um cartão de visita da terra, onde está instalado o edifício da Câmara Municipal, em que os postes de iluminação são objeto disto, de propaganda, de sindicatos, etc., penso que não é o local mais apropriado. Mas, o que é mais grave, e eu assisti, por acaso estava no local e assisti, um jovem que não cegou com este arame por sorte. Isto é na via pública, é no espaço público. Por sorte eu vi. Alguém foi mexer no arame, foi apertá-lo e deixou-o neste estado, ou seja, como se um prego virado para a frente. Eu alerta porque, por vezes, há ali crianças a brincar, a brincar com bolas, a correr, etc., e se acontecer um acidente quem é que responde por isto? São os tipos que lá puseram? É a Câmara Municipal? Uma coisa eu sei, que isto não está ali bem, isso não está.”

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

“Eu queria colocar aqui uma questão que foi alvo de preocupação na nossa última Assembleia de Freguesia por parte de várias pessoas, de vários membros da Assembleia de Freguesia, que consiste no seguinte. Existiu um incêndio há cerca de 1 mês, um mês e pouco. em frente às piscinas de Alhos Vedros, existem lá umas hortas daquelas hortas de ocupação do espaço, que a gente sabe que existe muito aí pelo concelho, e também com a tempestade Martinho caiu uma árvore, e acho que até foi essa própria árvore o sítio mais central onde aconteceu o incêndio. O incêndio foi extinto e é minha obrigação, no meu entender, referir aqui, ou questionar a Câmara, no sentido de saber se a Câmara tem conhecimento, que acredito que tenha porque esteve lá a proteção civil e os bombeiros no sentido de diligenciar para dar alguma solução ali àquilo, porque aquilo está numa situação que pode voltar a acontecer ali algum incêndio ou uma situação mais grave, e era esta a minha primeira questão.

A outra questão tem a ver com a informação, que eu penso que é importante para a Assembleia e para a população, que tem a ver com um tema que, particularmente, eu gosto de falar aqui e gosto de abordar este tema aqui na Assembleia Municipal, que é o tema dos esgotos em Alhos Vedros. A Câmara tem feito um trabalho positivo, há um caminho ainda a percorrer, não está tudo resolvido, mas tem feito um trabalho positivo na freguesia de Alhos Vedros resolvendo várias situações de ligações, eu não digo ilegais digo irregulares, das águas residuais não tratadas, das águas dos esgotos, às águas pluviais. Eu vou dar aqui 4 exemplos, em que existiam prédios há 20 anos.

Este prédio, não sei se é possível depois ver ou não, é na avenida Humberto Delgado, ao pé do Covirã, este prédio é um prédio de 6 frações e já está resolvida esta questão. A Câmara Municipal, de certeza que há um relatório de todas as intervenções que a Câmara faz, tenho a certeza absoluta. Esta foi uma das intervenções feita e, neste momento, este prédio, passado 20 anos, porque tem 20 anos, estas 6 frações já não estão a lançar esgotos nas águas pluviais. Aqui também, é na mesma rua, um pouco mais à frente, perto da creche O Charlot, e este prédio tem 8 frações, até um coletor lá foi colocado e, neste momento, felizmente, neste prédio também já estão corrigidas as situações das ligações irregulares de esgotos.

Depois temos aqui 2 prédios na rua Vasco da Gama, na rua onde mora a minha tia, e uma transversal onde eu morava também, porque isto é nas Morçoas, no bairro das Morçoas, onde houve também uma intervenção da Câmara e que regularizou estes prédios. Isto é tudo prédios com mais de 20 anos. Nós não estamos a falar de prédios recentes, e isto resulta de uma ausência de fiscalização e de emissão de licenças de utilização sem a vistoria no local para aferir se as ligações estavam ou não estavam bem feitas.

Depois, e para mim ainda mais grave, é na rua João Anes, ao pé das piscinas, 10 moradias, ou 8., não sei se são 8 ou 10, mas eu estive neste local, até mora um amigo meu, mas isto resulta de um município que se queixava há muitos anos, e estas moradias são de 2004, 2003, atenção, também têm mais de 20 anos, que se queixavam à Junta e à Câmara, e aqui muito próximo também morava, e mora ainda, um membro da Junta de Freguesia que eu acho que devia ter sido mais diligente a tentar resolver, mas está resolvido. Portanto, esta pessoa fez queixa várias vezes, e eu lembro-me bem do senhor Presidente da Câmara me mandar o despacho de adjudicação, que foi uma intervenção porque estas moradias estavam a lançar as águas residuais na vala dos Brejos Faria, e isto foi um investimento aqui, apesar de serem infraestruturas que, neste momento, não se vê o custo que lá foi investido, mas superior a 50000 euros.

Portanto, nós estamos a falar de cerca de 50 frações, 50 frações que, durante 20 anos, lançaram águas residuais não tratadas nas pluviais. Nunca houve determinação, diligência, preocupação, sensibilidade

em relação a esta questão, portanto, tem-se feito o caminho. Mas atenção, haverá mais prédios, mais locais nestas mesmas circunstâncias, não podemos parar. Não podemos parar. Temos que ir identificando os locais e temos que dialogar com a Câmara no sentido dos equipamentos adquiridos, os investimentos com o equipamento de CCTV e a máquina de fumos, terem que continuar a trabalhar em Alhos Vedros, porque em Alhos Vedros é uma situação absolutamente inaceitável o que se passou nas últimas duas décadas.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Eu gostei de ouvir falar aqui acerca do plano municipal de habitação, e relembro que no primeiro orçamento deste mandato estavam inscritos 15 milhões para habitação, esses 15 milhões quase nada foi executado, portanto, passado estes anos continuamos a falar nestes problemas que nós temos, não há nova construção, há algumas manutenções em edifícios do município, agora recentemente foram 11, mas não chega minimamente para o problema que temos, problema que temos não só aqui no nosso concelho, mas na região e no país.

A senhora Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira também fez a referência ao elevador do túnel da rua 1ª de Maio, que eu iria também fazer, dado que se não está há 1 ano avariado, está quase há 1 ano, se não é 1 ano, são 11 meses, e isto, apesar de todos os defeitos que aquela solução tem, e tem vários, nunca aconteceu, houve sempre um contrato de manutenção que garantiu que os elevadores fossem arrançados e nunca demorava 6 meses, quanto mais 1 ano.

Outra coisa que eu queria aqui perguntar ao município, é que nós ouvimos aqui durante muito tempo, ouvimos aqui na Assembleia, ouvimos na Câmara, ouvimos em intervenções públicas do senhor Presidente, que a construção do pavilhão da escola secundária da Baixa da Banheira seria feita. Foi anunciado várias vezes que ia já arrancar e que seria feita com ou sem fundos de financiamentos, Acontece que nós estamos a chegar ao final do mandato, o pavilhão não está feito e o que se diz agora é que será feito quando houver hipótese, quando houver financiamento. O senhor vereador da educação, há poucos dias, disse que estavam à espera de novos financiamentos. Mas, o que me preocupa também nisto não é só essa questão do financiamento, o que me preocupa também é que, em relação aos planos que existiram em tempos para fazer um pavilhão na escola secundária da Baixa da Banheira, porque os houve à muitos anos atrás, ainda com o executivo CDU, na altura em que foi feito um protocolo onde a Câmara Municipal fez o pavilhão da escola na escola José Afonso, começaram a ser feitos estudos de localização e estudos geológicos para o pavilhão da escola secundária da Baixa da Banheira.

Acontece que este executivo resolveu deitar estes estudos todos fora e alterou a localização do pavilhão, num local para nós, mais uma vez, é danoso para o serviço público que se pretende com um pavilhão daquela daquelas características. Pôs o pavilhão numa zona realmente mais vistosa, porque é isto que este município, faz coisinhas para dar nas vistas, mas depois não resolve problema nenhum, e um dos problemas que não vai resolver é a necessidade de acesso ao pavilhão, nomeadamente, acesso a quem vem de fora, as quem vem acompanhar atletas que possam vir fazer desporto naquele pavilhão, em competições, em mostras, o que for, porque aquele pavilhão é para servir a comunidade e precisa de um acesso que não é possível ter naquele local onde está previsto. Ainda mais, o local que está previsto agora vai eliminar alguns campos desportivos que, neste momento, estão a ser usados, portanto, eu gostaria de saber em que ponto é que está a construção do pavilhão e porque motivo é que resolveram alterar a localização, quais são os motivos que levam a fazer a localização naquele sítio. Disse.”

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

“Querida fazer 2 ou 3 questões, e para já reforçar a questão dos elevadores também porque, neste momento, a situação é cada vez mais grave. Não só está avariado o único elevador que dá acesso da Estrada Nacional à rua 1º de Maio, como está sempre avariado um dos da estação de caminhos de ferro, o que também não permite porque as pessoas ou têm que subir as escadas com crianças e carrinhos de bebés, e não sei quê mais, ou tem que descer, portanto, há sempre um que não funciona, e neste momento o que não funciona há mais tempo é, exatamente, o da Estrada Nacional, o que dá acesso da Estrada Nacional para o outro lado da estação. Isto é prejudicial não só para os utentes, as pessoas que moram num lado querem apanhar o comboio para o Barreiro não conseguem, como as pessoas idosas que querem atravessar a Baixa da Banheira e que não o podem fazer na ponte pedra pelas condições que já foram aqui ditas, como não o podem fazer na rua 1º de Maio também porque esse aí está avariado *ad aeternum*, portanto, esta é uma das questões que queria colocar aqui.

A outra questão tem a ver com o trabalho que andam a fazer, não sei quem é que anda a fazer, sei que não é no lado da Baixa da Banheira, é verdade, na rua da Amizade esburacaram aquilo tudo para passar

cabos elétricos. As máquinas que lá estavam a cortar a estrada, cortavam um pedaço de alcatrão, ou como é que se chama aquilo, aí na ordem dos 8, 10, 12 cm. Neste momento, o que eu vejo é que eles metem um bocado de terra para cima daquilo e depois metem-lhe um bocadinho de alcatrão por cima. Isto já causou algumas coisas anedóticas, como é, por exemplo, ao pé da paragem de autocarros que lá está, o autocarro passou ali por cima e aquilo afundou logo, afundou imediatamente por causa da espessura do alcatrão. Eu sei que isto pertence à Câmara do Barreiro, mas era bom que vissemos isto e que também houvesse alguma cooperação entre as câmaras neste sentido, se é que não há fiscalização da Câmara do Barreiro sobre a qualidade daquela obra.

Outra questão que gostava de levantar é na rua Cidade de Pinhel, no fundo da rua quando chegamos à rua da Amizade está um buraco. Como agora estão a fazer essas tais obras do outro lado da rua da Amizade, que pertence ao Barreiro, não há possibilidade de fugir àquele buraco. Vá-se para a esquerda, vá-se para a direita, acertamos sempre dentro do raio do buraco, e parece-me que aquilo também não é nada do outro mundo chegar ali e por ali um bocado de alcatrão, ou betonilha, fazer qualquer coisa no sentido de evitar, já que as estradas da Baixa da Banheira estão péssimas, quase que dá vontade de andar com os carros ao colo para não dar cabo deles, mas pelo menos há algumas coisas que se podem melhorar e que têm esta situação.

A outra questão que gostava de levantar aqui é que estamos a chegar ao final do mandato, e no início do mandato assistimos a uma série de ameaças, ou de intenções de se fazer uma série de “audiótarias” cujas conclusões não sabemos de nada. Não sabemos se realmente foi auditorias se foi “audiótarias”, porque estamos neste momento a chegar ao final. Não se se estão a guardar alguma coisa na manga para criar uma bomba durante as eleições, mas se o estão a fazer é muito mau para esta Assembleia e para a atividade de uma Câmara Municipal.”

Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE

“Telegraficamente, porque tenho muito pouco tempo, eu gostaria de saber se já me é possível aceder à cozinha da Associação Cabo-Verdiana, se já está colmatada a situação que me impedia de lá chegar, ou seja, se já foi tratado aquela situação imunda com que eu me deparei da última vez que lá estive.

Também gostaria de dizer que na visita que realizei à escola secundária, deparei-me com uma situação que eu sei que já vem de executivos anteriores, mas de qualquer forma vai ter que ser resolvida, que é os monos que existem junto a rede da escola secundária, da parte de cima do cemitério, que neste momento é uma montanha de monos que lá estão, porque é a zona onde eles têm estado a ser depositados, exatamente, junto à rede da escola secundária. Ora mesmo para os próprios alunos, e pedagogicamente, eu acho que é de uma incoerência total, portanto, gostaria de saber o que é que o executivo está a pensar fazer em relação a isso.

E também alertar para o estado em que se encontra o espaço exterior da escola Mouzinho da Silveira, em que o capim foi amassado, mas continua lá e aquelas ervas secas, se tiverem o azar de haver uma fagulha, ou um cigarro de alguém que esteja, por exemplo, numa das paragens da avenida 1º de Maio, cria-se ali uma situação insustentável, portanto, são situações que eu gostaria de ter uma resposta.”

Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

“Uma pergunta rápida ao senhor Presidente da Câmara, e até na sequência da intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, qual é o ponto de situação no que concerne à elaboração do plano municipal de execução, que é um plano municipal da responsabilidade da Câmara Municipal e que está relacionado com formas de responder a incêndios rurais, preparação das populações etc..”

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Quería só demonstrar aqui uma preocupação minha, nomeadamente no que concerne à prometida, e nunca construída, ciclovia/passeio, que liga a rua dos Descobrimentos à ETPM - Escola Técnica Profissional da Moita, uma medida que passou de um executivo para o outro executivo e continua por resolver. Há umas semanas, enquanto por ali passava, assisti a uma mãe acompanhada por uma criança que caminhava junto a si e uma outra num carrinho de bebé, e o que me leva a trazer aqui esta preocupação é a falta de segurança com que aquela mãe fazia aquele circuito. Assim, alerta para uma urgência nesta resolução, depois de tanto empurrar com a barriga, e já sei que me vão falar que os terrenos ali adjacentes são privados, mas será que não existe uma solução para esta situação antes que aconteça ali um acidente que ceife alguma vida?”

**1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE
(na ausência temporária do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal)**

Pedi ao Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

«Então vamos aqui começar a responder de forma global às questões relacionadas com mobilidade. As questões relacionadas com mobilidade têm sido uma prioridade para este executivo desde o início deste mandato, e criar condições para a circulação em segurança das pessoas a pé, seja para a escola José Afonso, que agora é escola secundária José Afonso, seja para outros equipamentos, seja agora na intervenção que fizemos no alargamento da ponte do Matão, seja em outros locais diversos temos tido sempre esse cuidado e essa prioridade. Eu bem sei, neste caso, para a bancada da CDU, a Câmara Municipal nunca responde ou nunca tem capacidade para resolver problema nenhum, o que é certo é que também foi contra o alargamento da ponte do Matão que resolveu os problemas de trânsito na Moita. Por isso, é com esta eficácia e com esta eficiência, e havia pessoas que diziam que aquilo não iria resolver nada, o que é certo é que resolveu.

E relativamente às questões que foram aqui levantadas sobre as questões da habitação, dizer que, neste caso, o IHRU tinha-se comprometido com o financiamento de um conjunto de uma verba para construção de novo edificado, a Câmara cumpriu com aquilo que lhe foi exigido, só que, neste caso, o Governo português, não só à Câmara da Moita, mas a muitos municípios do país, de tentar ainda encontrar maneira de como é que vai financiar a habitação que temos inscrita na Estratégia Local de Habitação. O que eu lhe posso dizer é que a Câmara Municipal, face à fiscalização que têm vindo a fazer, já tem detetado algumas situações irregulares na sua habitação municipal, tratando rapidamente de as corrigir para que essas casas que estavam indevidamente ocupadas pudessem passar ao serviço da população, e serão muito mais que essas 11 casas identificadas.

Vamos recuperando e entregando, o concurso está aberto em contínuo, em contínuo as pessoas podem-se inscrever e em contínuo as listas vão sendo vistas e revistas, sendo que um dos contributos que eu considero fundamentais e que eu acho que aqui devíamos salientar é que um dos critérios do nosso concurso para atribuição de casas, na sua ponderação, é também os contributos que as pessoas fizeram no decorrer da sua vida ativa para a Segurança Social ou para a Caixa Geral de Aposentações, isto também para, neste caso, dar nota que respeitamos aquelas pessoas que ao longo da sua carreira contributiva contribuíram ou para a Caixa Geral de Aposentações ou para a Segurança Social e, num dado momento da sua vida, se viram privadas de ter habitação. Tivemos esse cuidado, essas questões têm nos levado a outros problemas de outra ordem, mas estamos sempre disponíveis para enfrentar esses desafios.

Do que diz respeito às questões dos elevadores, dizer que a Câmara Municipal da Moita tem vindo a tratar de um conjunto alargado de elevadores. Vejamos. Nas piscinas de Alhos Vedros, um elevador que já estava avariado há mais de 15 anos, para que as pessoas de mobilidade reduzida pudessem seguir aceder ao piso das bancadas para verem os seus filhos a praticarem desporto, ou os seus familiares ou atividades desportivas, fosse quem fosse, e aquele elevador não trabalhava há mais de 15 anos e nós tivemos que comprar um elevador completamente novo para o instalar, para lá de outros que temos vindo a arranjar em escolas e outros equipamentos municipais. O critério que queríamos utilizar, neste caso, para o túnel da Baixa da Banheira, que segue a rua 1º de Maio, era a aquisição de um elevador novo, só que deparamo-nos com a entrega do mesmo, que não era compatível com as necessidades da população, e depois fizemos uma alteração ao concurso e lançámos então um concurso para reparação, que já foi lançado há muito tempo.

Esperamos que, em breve, o elevador seja reparado, mas não desistimos de renovar integralmente, não um, mas os dois elevadores da Baixa da Banheira que estão continuamente a ser vandalizados, e eu acho que isso era o que deveria merecer o nosso maior repúdio, porque os elevadores estão, e como nós recebemos, e nada nos garante que venha a ser diferente, continuamente a ser vandalizados. Por isso, o que temos que optar ali é por uma solução que mitigue, minimize ou combata o vandalismo. Eu já disse que se pretende começar a estudar uma solução de elevadores completamente transparentes para inibir e dissuadir as pessoas de terem comportamentos que não se devem ter naqueles elevadores, também já me disseram que há aí sítios em que as pessoas já são mais afoitas e já nem o facto dos elevadores serem transparentes as inibe de terem determinado tipo de comportamentos censuráveis na nossa sociedade, mas essa será a nossa primeira opção, realizar isso mesmo.

Relativamente, não diria uma atoarda, mas uma insinuação que eu considero assim um bocadinho ilegítima e grave, deste executivo ter pedido ao IGF para vir cá fazer uma fiscalização e que, supostamente, estará a guardar os temas na gaveta, ou o resultado da auditoria na gaveta, eu acho um bocadinho indigno porque não esperava esse tipo de insinuações por parte da pessoa que o fez. Nós tivemos acesso, como outras pessoas tiveram acesso, parcialmente a partes do relatório

preliminar, que identificou um conjunto de situações, e posso-vos dar uma que me implica a mim próprio e que não tenho problema nenhum em dizê-lo. Veio para mim uma fatura para de 10800 euros, porquê? Porque quando eu cheguei à Câmara Municipal, pediram à Câmara Municipal para pintar a sala de apoio à vítima da PSP da Baixa da Banheira, e eu, como autarca, tendo-me sido dito que o edifício era municipal, acedi e pintei o edifício.

Quando vieram cá as senhoras inspetoras, a primeira coisa que perguntaram foi o seguinte “pintaram ao abrigo de que protocolo?” Protocolo? Não. Não existia nenhum protocolo de comodato entre a Câmara Municipal e a PSP. E a gente disse “pronto, não existe vamos fazê-lo rapidamente”, para tentar mitigar essa situação e demonstrar que estávamos de boa fé. Bem, o edifício também não estava registado, ou seja, não estava registado, não se podia fazer o protocolo, mas eu respondi rapidamente, registando o edifício, e agora com o edifício registado já podemos protocolar com a PSP o regime de comodato do mesmo edificado, para ficar tudo regular e espero que não seja obrigado a pagar 10800 euros por ter pintado a sala de apoio à vítima, neste caso, a pedido da Polícia de Segurança Pública. É disto que estamos a falar.

Agora, há outros e outras situações no relatório, e que outras pessoas se podem pronunciar e que foram pronunciadas, que não serão da mesma estirpe e não serão, certamente, nos mesmos moldes. O que eu posso dizer, relativamente às alegações que nós fizemos, é que os contratos que nós assinalamos que estavam mal feitos, e estavam mal feitos, e que não os podíamos pagar, um relacionado com um artista, um com o bacalhau e outro de um contrato de pirotecnia. Era pirotecnia, era bacalhau e era um artista, em que os contratos estavam mal feitos e que perguntámos à CCDR o que é que devíamos fazer e a CCDR disse que, efetivamente, aquilo estava mal feito, estava irregular, que tínhamos razão nas nossas preocupações, e foi exatamente na véspera de tomarmos posse que aquilo foi feito, e a indicação que nos foi dada foi que está irregular, mas o serviço fosse prestado, o Estado é uma pessoa de bem tem que pagar.

E nós, o que é que fizemos? Levámos essa proposta à reunião de Câmara, com o parecer da CCDR, e o que é que fizeram os vereadores, na altura, da CDU, e que alguns tinham tido responsabilidades, diretas ou indiretas, pelo menos na condução dos processos? Levantaram-se da sala e saíram, e nós votámos sozinhos. Pagar uma fatura que não era nossa, ou seja, que não tinha sido gerada pela nossa ação. Por isso, em relação a isso, eu acho que não há dúvidas. Eu não levanto dúvidas se não tiver factos para apresentar. Por isso, em relação a essas dúvidas e essas questões, acho que estamos a esclarecidos.

Relativamente à deputada municipal do Bloco, que disse que não tinha condições para entrar no espaço, eu posso-lhe dizer que eu entrei naquele espaço, nas condições que a senhora deputada municipal o viu. Que a Senhora tenha olhado para o chão, que tenha visto água e que se tenha sentido enojada com a água que viu, e tenha pensado que aquilo era de esgoto quando era águas pluviais, e não quisesse entrar, eu percebo, mas eu entrei, eu entrei e entrei lá dentro, mas teremos o cuidado de deixar o espaço limpo, a brilhar, a próxima vez que a senhora quiser entrar no espaço. Mas olhe, posso-lhe dizer que a cozinha onde eu entrei, e da forma que eu entrei, era bom que a senhora entrasse, que era para ver as exatas condições daquilo que nos deixaram, mas isso umas simples botas, com um taquinho mais alto, resolverão o problema para que possa ver na primeira pessoa, exatamente, as condições em que nos deixaram o espaço municipal. Era bom que a senhora visse, mas não visse limpo, não visse arranjado, que pudesse ver como nos deixaram, e nós, ainda assim, renovámos o outro espaço para dar à Associação.

Relativamente às questões da intervenção da entidade E-redes que estão a fazer na estrada da Amizade, se verificarem, ela localiza-se do lado do Barreiro, é comunicada ao Barreiro, a única parte que nos é comunicada a nós é naquele sítio onde nós colocámos a iluminação, e fica efetivamente do nosso lado, tanto de um lado como do outro, porque essa estrada, a partir daí, é toda nossa, que dá acesso à intersecção, ao cruzamento dos Galitos. Por isso, é sobre essa que nós temos que nos pronunciar. E sim, podemos fazer e remeter essas situações para a Câmara do Barreiro, podemos alertar, mas acredito que os próprios cidadãos do Barreiro assim o farão.

Relativamente aos monos na escola, que já foram retirados, agora é uma questão de continuarmos a acompanhar a situação, mas o que eu acima de tudo apelava era ao civismo das pessoas. A Câmara pode fazer muito, mas pedimos, gentilmente, o civismo e a colaboração da população, em pôr o lixo no sítio próprio, nos dias próprios, e que não façam da rua um caixote do lixo, é o que nós pedimos. E respondendo ali àquela questão, o plano está a ser elaborado.

Acho que respondi a quase tudo se não a tudo.”

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE (na ausência temporária do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal)

Perguntou se mais alguém pretendia intervir.

Colocado novamente o relatório à discussão interveio:

Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU

“Na última reunião da Assembleia Municipal em que estive presente, recebi uma resposta relativamente a algo que tinha dito numa Assembleia Municipal em que também fiz parte, mas já no mandato anterior, relativamente a questões de limpeza de ervas e de higiene e limpeza, referindo eu, naquela altura, porque aparecia muito nas redes sociais muitas fotografias disso, e eu disse, “bom, as fotografias também aumentam para além da situação existente”. Nós, na CDU, sempre, sempre, à população dissemos que há um conjunto de atividades que é difícil conseguirmos manter tudo lindo como deve de ser, designadamente na questão do depósito dos monos. da higiene e limpeza, mas nunca, nunca, deixámos chegar o concelho como ele está neste momento.

Seja na Vila Verde, seja na Vila Rosa, seja no bairro José Ferro, seja na zona dos loteamentos industriais, onde recentemente foi inaugurado um outro equipamento, mas para entrar lá são aquelas ervas todas, sendo em terrenos que são municipais e que tem ervas secas e que também não foram cumpridas as datas que estão estabelecidas para os proprietários de fazerem a limpeza daquelas ervas, foram feitas outras, não em zonas muito perigosas, designadamente uma que eu falei aqui, ainda na última reunião da Assembleia Municipal.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer, apenas quero registar isto. Pelos vistos, o PS, na Câmara Municipal da Moita, é fã do esplendor das ervas. Disse.”

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE (na ausência temporária do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal)

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia dizer alguma coisa.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Só para responder aqui a esta pequena e curta provocação. Não, o PS não é fã das ervas, tanto que investimos numa máquina destroçadora de canas, tanto que temos investido, e muito, em herbicida. E eu lembro-me como é que o concelho estava. Lembro-me bem porque em 2021, ao longo do mandato, em muitos sítios é possível ver como é que os senhores tinham o concelho e também é possível ver em muitos sítios como é que o concelho está agora. As imagens existem, circulam na internet, e também sobram as desculpas da CDU. Nós não escamoteamos as situações, agimos sim para as resolver, comprando mais equipamento, contratando mais pessoas. É assim que nós fazemos, mas também não é só cortar ervas, também plantamos novos alinhamentos arbóreos, plantamos novas palmeiras, onde os senhores deixaram cepos nós plantamos árvores, onde os senhores deixaram palmeiras cortadas a meio nós colocamos árvores.

E agora, porque há uma coisa que eu reparei que eu não respondi em relação ao pavilhão, dizer uma coisa muito simples, nós comprometemo-nos a fazer o pavilhão, é verdade, e mantendo-me, só que o projeto que veio da arquitetura veio bem só que o das especialidades não estava em conformidade. Não estando em conformidade, tivemos que mandar o projeto para trás para ser refeito. Como verificámos que depois já não era possível incluir o projeto do no PRR decidimos incluí-lo no PT2030. É só isso, e neste momento estamos a dar prioridade para terminar, como os senhores sabem, a todas as obras que são do PRR. Disse.”

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE (na ausência temporária do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal)

Perguntou se mais alguém pretendia intervir.

Colocado novamente o relatório à discussão interveio:

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Só queria lembrar o senhor Presidente, que repetiu várias vezes, em várias situações, que o pavilhão era feito com ou sem financiamento. Claro que não é sem projeto, naturalmente, eu tenho o senhor em

conta o suficiente para achar que não vai mandar fazer um pavilhão sem ter o projeto adequadamente, mas o que também tem o senhor em conta o suficiente para saber é que é capaz de tomar as opções erradas. E, o que eu lhe perguntei também foi porque motivo é que deslocaram o pavilhão da localização que estava prevista para a localização onde pretendem construir, que fica, para que todos saibam, exatamente, adjacente à vala que passa ali no Vale da Amoreira, junto à escola, enquanto poderia ficar noutra sítio, podia permitir uma zona de estacionamento a quem vai usar o pavilhão fora dos horários escolares, teria um enquadramento paisagístico completamente diferente, mas, se calhar, ficava ligeiramente mais escondido e não dava nas vistas. Servia melhor, mas não dava nas vistas.”

Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS

“Se o PS dissesse que fazia um pavilhão em 10 anos, arriscaria a dizer que a CDU os louvaria.” Palavras do senhor ex-Presidente da Junta de Freguesia da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira. Oxalá que a CDU comprar palavra. Tenho dito.»

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Pediu permissão para passar a palavra à Vice-Presidente Sara Silva.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

“Era só para dar resposta à a Deputada Fernanda Gaspar naquilo que toca à higiene urbana. Só relembrar porque a senhora Deputada não está, com certeza, a ver bem quando diz que o concelho está pior, vou relembrar para lhe dar só aqui uma noção. A senhora diz que o concelho está pior em relação às ervas, então eu vou dar-lhe dados: comprámos uma nova viatura, porque a nossa frota da higiene e recolha de lixo indiferenciado tinha 20 anos, eram todos de 1999; passou de 3 meses para 5 meses o reforço de verão da recolha de lixo indiferenciado; instalámos ilhas ecológicas, isto faz também parte da higiene urbana.; fizemos e implementámos a recolha seletiva de biorresíduos porta a porta, no canal HORECA, nas cantinas escolares e nas empresas; lavagem de contentores com reforço com empresa externa; desde 2023 o reforço anual de monos, vocês trabalhavam com pessoal, quando tinham admitido 127 pessoas nós admitimos 371 novos trabalhadores, que também nos foram dar uma ajuda; implementarmos a recolha de cápsulas; implementámos a recolha de têxteis, implementámos a recolha de equipamentos elétricos e eletrónicos. por agendamento, bem como a recolha de monos verdes.

Portanto, está-me a dizer que o concelho está pior com tanto reforço, que sem condições vocês faziam com equipas internas e que nós agora somos coadjuvados por empresas externas, não é verdade senhora Deputada. É não saber reconhecer aquilo que disse. Peço imensa desculpa, mas isto é um facto que nós podemos comprovar com dados e com trabalho.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se mais alguém pretendia intervir.

Colocado novamente o relatório à discussão interveio:

Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU

“Muito rapidamente, a resposta que nós da CDU temos a dar é aquela que nós vemos diariamente. Passa-se pela Vila Rosa, são ervas até às janelas das pessoas nos interiores, passa-se por qualquer lado, contentores vejo muitos partidos e também não os vejo ser lavados em vários sítios. Portanto, se compraram equipamento alguma coisa está a falhar. A população assim o diz, porque a senhora vereadora quis me dar resposta a mim, foi dizer que a população do concelho da Moita deve ser toda cega, portanto, se se queixa não tem razão nenhuma. Querem ver que é isso que a senhora vereadora disse, e disse eu agora, e já não volto a colocar mais questões sobre isto, porque pior do que não ver é mesmo não querer ver, mas a população vê.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

“É sempre bom discutir ervas e buracos na estrada com CDU, porque a CDU, neste último mandato, tem sempre muitas indicações de que não há limpeza, não há recolha de monos, não há corte de ervas, não há limpeza os contentores. Senhora Deputada Fernanda Gaspar, eu tenho fotografias de 2017, 2016, podemos comprar o tamanho das ervas que vamos ver quais é que são as maiores.”

Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU

“Quem disse que ia fazer muito melhor foi o PS em campanha eleitoral. Prometeu isso à população e eu digo que está muito pior.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Fizeram investimento em novos veículos de recolha, mas eles estão avariados porque não têm as reparações que precisam, portanto, estão avariados, e como estão variados os veículos comprados por este município estão parados na Socorquex e depois contratam serviços privados.”

Neste momento, perante interrupção por parte da Vice-Presidente Sara Silva (sem recurso a microfone) disse “senhora vereadora por favor”.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Vamos lá. Atenção por favor. Não há diálogo”.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Por favor. Por favor. Vocês não gostam de ouvir. A admissão de trabalhadores, os senhores esqueceram-se que foi um governo vosso, do PS, no tempo do Engenheiro José Sócrates que limitou a entrada de trabalhadores na função pública, e que depois, a seguir, houve os PEC, e os PEC, e depois a seguir a TROIKA, e nós não pudemos admitir trabalhadores durante muitos anos. Muitos anos. Vocês herdaram um município com as finanças sãs, no ano passado estavam com quinze milhões de dívida. É só isto. E o concelho está mal tratado. A população, nós não vemos um investimento no território correspondente aos quinze milhões de dívida que lá estão, é porque não há obra. Não há obra.”

Neste momento, perante interrupção por parte do Presidente Carlos Albino (sem recurso a microfone) disse “o senhor Presidente faça um favor, respeite as pessoas que estão aqui se faz favor. Respeite as pessoas estão aqui.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Vamos lá com calma por favor. Continue senhor Deputado.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Senhor Presidente, há outra coisa que eu acho extraordinário, os senhores daqui da Câmara dizem coisas que nós nunca fizemos e omitem coisas que nós fizemos. Senhor Presidente, a ponte do Matão nunca foi a votação na Câmara Municipal, nem aqui, foi feita por um privado. Nunca foi, portanto, nós nunca fomos contra, nós somos a favor. Nunca fomos contra, e o senhor Presidente diz que nós fomos contra. E o senhor Presidente está a omitir porque razão é que os vereadores da CDU saíram de uma reunião. O senhor sabe porquê, mas o senhor está a omitir. O senhor está a querer dar a ideia que os senhores vereadores não são pessoas responsáveis. Tenha vergonha. Tenha vergonha.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Antes de passar à ata em minuta, queria agradecer a elevação, apesar de algumas, que é normal, alterações, mas ao contrário do que chegaram a escrever esta Assembleia não era nenhum quase um cabaret da coxa como aí diziam, que havia quase facas pelo ar e não sei quê. Os problemas que temos tido às vezes são mais dos intervenientes do público que têm dificuldade em controlar-se, mas hoje foi uma sessão bastante cordata, onde as pessoas parece que aprenderam, e da parte do público também, a comportar-se, portanto, acho que estão todos de parabéns. É isto que o debate democrático pede. É, realmente, ouvir e falar na sua vez.”

Em seguida, deu por concluída a Ordem de Trabalhos e deu indicação à 2ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

A ata em minuta da presente Sessão foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a Sessão, eram zero horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e cinco.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

António Duro

António Chora

Ana Costa

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA
XIII MANDATO 2021 - 2025
LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 21.05.2025 A 27.06.2025
EM CONFORMIDADE COM O Nº5 DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO

Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
070	23-05-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião extraordinária realizada no dia 19.05.2025
071	23-05-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 14.05.2025
072	23-05-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Designação dos Júris dos procedimentos concursais com vista ao provimento de cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º graus
073	29-05-2025	CPCJ - Comissão de Proteção a Crianças e Jovens da Moita	Solicita informação quanto à eventual continuidade do mandato da representante da AMM, Raquel Capucho, por motivo de nunca comparecer nas reuniões na Modalidade Alargada
074	30-05-2025	CPCJ - Comissão de Proteção a Crianças e Jovens da Moita	Informa que foi eleita Presidente da CPCJ a Comissária Cristina Gonçalves, representante da segurança social, que designou para Secretário o Comissário Mário Maques, representante da educação
075	03-06-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 29.05.2025
076	17-06-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 11.06.2025
077	23-06-2025	Carmen Sofia Pereira Lima	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 27 de junho
078	23-06-2025	Cláudia Sofia Alves Dias Fera	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 27 de junho
079	23-06-2025	Eduardo Jorge Meruje Teixeira	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 27 de junho
080	25-06-2025	Rodrigo Fernando Mendonça Pedro	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 27 de junho
081	25-06-2025	Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira	Informa que a sessão ordinária de 27 de junho se fará substituir pela Vogal, Débora Borges

082	27-06-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Lançamento de uma hasta pública para concessão do uso privativo de quiosque municipal, destinado a estabelecimento de restauração e bebidas com áreas de esplanada sito no Parque Municipal da Moita; Contrato de concessão - cedência temporária e a título oneroso dos Espaços Municipais (coberturas de edifícios, outros equipamentos e solos), identificados em anexo, por meio de concurso público com publicidade internacional para a instalação e exploração de Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC) com vista a eventual criação de Auto consumo coletivo (ACC) e Comunidades de Energia Renovável (CER)
-----	------------	---------------------------------	---